

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO.  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SILVANA MACHADO DO ESPIRITO SANTO

FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO:  
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO PROJETO NA COMUNIDADE DO  
MOCOTÓ

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 10112104

*p/Cristina Faustino.*  
Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS  
2004

**SILVANA MACHADO DO ESPIRITO SANTO**

**FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO:  
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO PROJETO NA COMUNIDADE  
DO MOCOTÓ**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Tereza Kleba Lisboa**

**FLORIANÓPOLIS  
2004**

**SILVANA MACHADO DO ESPIRITO SANTO**

**FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO:  
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO PROJETO NA COMUNIDADE DO  
MOCOTÓ**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.**



---

**Teresa Kleba Lisboa**



---

**Maria Manoela Valença**



---

**Kelly Cristiny Cabral**

**Florianópolis, 10 de dezembro de 2004**

Dedico este trabalho de Conclusão de Curso a minha mãe Zenita, pela dedicação, companheirismo, amor e carinho, e pela lição de vida que dá a seus filhos. Obrigada por ser essa mãe maravilhosa. Dedico também a meu saudoso pai José, partiste mais é na saudade que sinto e digo, que além de ser um pai de verdade foste um grande amigo.

## AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial, a minha mãe Zenita, por me apoiar nos momentos difíceis, e a meus irmãos José Ricardo e Leonardo pelo carinho e dedicação. Amo muito vocês!

A grande amiga Kelly Cristina Cabral pelo apoio, e por aceitar o convite para participar da banca.

A todos os meus amigos que me acompanharam nesta trajetória acadêmica.

A Assistente Social Supervisora de Campo, Maria Aparecida Napoleão pela oportunidade e compreensão.

A Assistente Social Rosangela Piccoli, pela amizade e dedicação durante todo o período de estágio.

A todos os colegas de trabalho pelos momentos compartilhados.

A professora Tereza Kleba Lisboa pela orientação neste trabalho.

A professora Maria Manoela Valença, por aceitar prontamente o meu convite para participar da banca.

A todos os participantes do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho pela experiência. Muito obrigada!

“Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

(BRASIL. 1988)

SANTO, Silvana Machado do Espírito. **Frentes Temporárias de Trabalho: Uma Análise Qualitativa do Projeto na Comunidade do Mocotó.** 106f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na região do Mocotó, bairro de periferia de Florianópolis. O interesse pelo tema, surgiu durante a prática de estágio curricular realizado no Programa Habitar Brasil BID, onde se insere o Projeto FTT, situado na Secretaria Municipal de **Habitação** Trabalho e Desenvolvimento Social, localizada no centro de Florianópolis. Este Projeto é desenvolvido na perspectiva de atender as seguintes temáticas: educação sanitária e ambiental, organização e mobilização comunitária e **geração de trabalho e renda.**

Para melhor apresentar o tema, dividiu-se o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo foi realizado um resgate histórico do processo de ocupação da Comunidade do Mocotó. Em seguida, apresenta-se a formação do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho como integrante do Programa Habitar Brasil BID, abordando conquistas, dificuldades e desafios. No segundo capítulo, contempla a intervenção do Assistente Social no Programa, bem como, sua importância junto ao Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, e um breve relato de suas atribuições e competências enquanto profissional que viabiliza políticas públicas para se concretizar a prática dos direitos sociais.

No terceiro capítulo realizou-se uma pesquisa qualitativa, junto a oito participantes do Projeto FTT, através de um questionário aberto, por meio de entrevista semi-estruturada. Optou-se por esta metodologia, porque além de permitir um contato direto com o entrevistado, pode trazer opiniões que são informações em nível mais profundo da realidade a ser pesquisada. Esta pesquisa busca analisar conforme a ótica dos participantes, a importância do Projeto FTT na Comunidade do Mocotó, e identificar em que medida o Projeto está contribuindo para a conquista ou resgate da Cidadania dos moradores do Mocotó, salientando as maiores expectativas manifestadas pelos participantes durante a Pesquisa. Posteriormente, apresenta-se novas propostas com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida da população do Mocotó.

Através dos resultados da Pesquisa, pode-se constatar que a focalização da política de geração, trabalho e renda, através de medidas pontuais e emergenciais, não contribui para a construção ou resgate da Cidadania da população do Mocotó, pela ausência de medidas que possam assegurar de fato todos os direitos sociais do Cidadão.

**Palavras chaves:** Educação ambiental; Lixo; Geração de trabalho e renda; Desemprego; Pobreza; Habitação.

## LISTA DE SIGLAS

AFLOV - ASSOCIAÇÃO FLORIANÓPOLITANA DE VOLUNTÁRIOS

BESC - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

CASAM - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO

CECCA - CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS

COMCAP - COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL

EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA DE AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE

FLORAM - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

FTT - FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO

HBB - HABITAR BRASIL BID

LOAS - LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

PMF- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

SMHTDS - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UAS - UNIDADE DE ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - PROJETO FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO COMO INTEGRANTE DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID MOCOTÓ.....</b>	<b>11</b>
1.1 <b>RESGATE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO MOCOTÓ.....</b>	<b>11</b>
1.2 <b>PROGRAMA HABITAR BRASIL – BID.....</b>	<b>14</b>
1.3 <b>HISTÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO.....</b>	<b>18</b>
1.4 <b>PROJETO FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO NO MOCOTÓ....</b>	<b>24</b>
1.4.1 <b>Perfil Sócio-Econômico dos Participantes .....</b>	<b>31</b>
1.4.2 <b>Pontos positivos e conquistas.....</b>	<b>34</b>
1.4.3 <b>Principais entraves e desafios.....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID.....</b>	<b>40</b>
2.1 <b>UM BREVE RELATO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSIONAL QUE CONSTRÓI POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>44</b>
2.2 <b>O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO.....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO 3 - UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO PROJETO FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO NA COMUNIDADE DO MOCOTÓ CONFORME A ÓTICA DOS PARTICIPANTES.....</b>	<b>56</b>
3.1 <b>O DESENVOLVER DA PESQUISA.....</b>	<b>56</b>
3.2 <b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>58</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso traz como título: *Frentes Temporárias de Trabalho – Uma Análise Qualitativa do Projeto na Comunidade do Mocotó.*

O interesse em abordar o referido assunto surgiu durante a prática de estágio curricular realizado na Prefeitura Municipal de Florianópolis, junto ao Projeto Frentes Temporárias de Trabalho através do Programa Habitar Brasil BID, vinculada à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

A partir da experiência obtida nesse Projeto, considerou-se importante recuperar o histórico desde seu surgimento, bem como identificar, através dos usuários, a importância do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho Na comunidade do Mocotó.

Esse trabalho realiza, em seu primeiro capítulo, um resgate histórico do processo de ocupação da área do Mocotó, que possibilita entender toda a trajetória dessa região, bem como as características econômicas, sociais, culturais e geográficas presentes na conjuntura atual dessa população. Neste mesmo capítulo, apresenta-se a formação do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, sendo uma das ações do Programa Habitar Brasil BID, abordando conquistas, dificuldades, e desafios.

O segundo capítulo aborda a intervenção do Serviço Social no Programa Habitar Brasil BID e, em seguida, um breve relato de suas atribuições e competências enquanto profissional que viabiliza políticas públicas, para se concretizar a prática dos direitos sociais, bem como a importância do Assistente Social no Projeto Frentes Temporárias de Trabalho.

Apresenta-se, no terceiro capítulo, a Pesquisa realizada através de um questionário por meio de entrevista semi-estruturada tendo como tema: Uma análise da importância do Projeto **Frentes Temporárias de Trabalho** na Comunidade do Mocotó conforme a ótica dos participantes, cujas respostas serão apresentadas e analisadas diante dos dados coletados nas

**Frentes Temporárias de Trabalho** na Comunidade do Mocotó conforme a ótica dos participantes, cujas respostas serão apresentadas e analisadas diante dos dados coletados nas entrevistas. Essa pesquisa busca identificar em que medida o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho está contribuindo na conquista ou resgate da Cidadania dos moradores do Mocotó, objetivando novas propostas de atuação para o desenvolvimento dessa população.

A pesquisa foi realizada com os usuários do Projeto e sua realização deu-se mediante a necessidade de identificar sua importância para a região do Mocotó, visto que os poucos Programas de geração de renda e serviços públicos no Município de Florianópolis são mínimos para atender a demanda crescente de questões sociais como a realidade de desigualdades e exclusões vivenciadas pelos moradores de localidades mais empobrecidas da capital.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais a partir da pesquisa e experiência de estágio na Comunidade, bem como novas propostas de ação, com a intenção de que este trabalho de conclusão de curso possa contribuir para o desenvolvimento da região do Mocotó.

# **CAPÍTULO 1 - PROJETO FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO COMO INTEGRANTE DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID**

## **1.1 Resgate histórico do processo de ocupação da população do Mocotó**

Florianópolis, centro político e administrativo e de grande potencial turístico, ao longo dos últimos anos, vem atraindo um grande contingente populacional oriundo principalmente do interior do Estado, que se deslocam em busca de melhores condições de vida. Contudo, o despreparo para as exigências do mercado de trabalho aliado à insipiência de políticas sociais básicas inviabiliza o sonho de obterem mudanças.

A cidade de Florianópolis, como outras capitais brasileiras, é atingida pelas precárias condições de vida e ampliação dos problemas sociais relacionados à sobrevivência da população, evidenciando o aumento da desigualdade e a polarização social, expressos nas diversas manifestações de degradação da vida urbana. “Com pouco acesso à compra de lotes urbanos e sem condições de locação de moradia, as famílias vem ocupando áreas públicas ou privadas resultando no aumento de favelas”<sup>1</sup>. (HBB, 2002)

A localidade do Mocotó é o espelho das contradições dos processos de urbanização que criaram e intensificaram as carências e demandas típicas das grandes cidades. A história de sua ocupação teve início há mais de cem anos, quando houve grande fluxo migratório devido à construção da Ponte Hercílio Luz em 1926<sup>2</sup>. Apesar da ocorrência de invasões na área por famílias de outros municípios, a maioria da população ali existente é de naturalidade local, ou seja, formada por indivíduos nascidos em Florianópolis. O povoamento da cidade

---

<sup>1</sup> Projeto integrado Bom Abrigo Mocotó – Programa Habitar Brasil BID, volume I, junho de 2002.

<sup>2</sup> O processo de ocupação do Mocotó foi resgatado a partir de relatórios do Programa Habitar Brasil BID e da pesquisa realizada pela equipe técnica do Programa em novembro de 2003.

seguiu de maneira desordenada em diversas áreas do município, constituindo-se num núcleo habitacional sem critérios urbanísticos, formando-se em consequência uma grande favela.

A ocupação do Mocotó aconteceu de forma acelerada e o processo de formação teve início quando no Brasil acontecia o regime de escravidão. Na época, havia poucas habitações na região, sendo basicamente coberta de áreas verdes, o mar preenchia uma grande extensão de água nas proximidades do morro, com o predomínio do transporte de embarcações que facilitava o crescimento da imigração. Nesse período, foram construídas no Mocotó pequenas senzalas que serviam de refúgio para os escravos, sendo os primeiros povos a habitarem essa região.

Posteriormente, a área passou a ser ocupada por famílias de outros Municípios de Santa Catarina, constituindo operários de diversas obras em execução pela cidade. A partir dos anos 60 e 70, as famílias oriundas de outras cidades promoviam invasões com certa organização e grau de pressão diante das famílias ali residentes. “Até o final da década de 70, não houve nenhuma iniciativa de regularização fundiária da ocupação no morro do Mocotó. Apenas no início dos anos 80 é que a COHAB entregou títulos provisórios de propriedade da terra a algumas famílias da região”. (HBB, 2002)

Com o desenvolvimento do comércio na Cidade de Florianópolis, o centro da Capital começou a acelerar o processo de urbanização de maneira desordenada. O crescimento do contingente populacional não obteve alternativa, a não ser a ocupação dos morros da capital. Nesse sentido,

A ocupação dos morros principalmente o da Cruz, sendo um processo histórico longo – há notícias de casas no morro do Mocotó já em 1900 – foi-se acentuando em função da exclusão das populações pobres e de baixa renda das áreas planas e centrais cada vez mais valorizadas. Dessa forma, a pressão sobre as áreas de mata secundária do centro da cidade foi intensificando-se, restando hoje só alguns remanescentes, principalmente em torno do Hospital de Caridade. (CECCA, 1997, pág. 110)

O processo urbanístico na grande Florianópolis necessitou ampliar Projetos de criação do sistema viário, rodovias e ruas asfaltadas para facilitar o comércio e o turismo na ilha. Porém,

o sistema de transporte já não era somente por via marítima; grande extensão do mar existente ainda na época foi soterrada para a construção de prédios, estradas pavimentadas e áreas de lazer contribuindo para o transporte rodoviário.

Na medida em que crescia a urbanização da cidade, aumentava também a quantidade de obras na região. “No entanto, a partir dos anos 70, o fenômeno da expansão da urbanização ligado às políticas de desenvolvimento da capital, e em particular do turismo, introduz uma nova ameaça ao meio ambiente da ilha de Santa Catarina: a expansão urbana”. (CECCA, 1997, pág. 107)

Atualmente, o mar quase não é visualizado e sua omissão veio favorecer o crescimento da ilha e, sobretudo, a comercialização e o turismo da capital. Enquanto isso, cresce progressivamente nos morros da cidade um número exorbitante de favelas, aumentando conseqüentemente o índice de pobreza e violência na região. “As encostas e as periferias urbanas foram sendo intensamente ocupadas por populações mais pobres”. (HBB, 2002)

De um lado, desenvolvimento urbano, do outro, a miséria, exclusão e precárias condições de moradia. A população rural inicia o processo de migração para as capitais, em busca de melhores condições de sobrevivência, quando chegam aqui, encontram uma outra realidade, tornando-se ainda mais expressivas as questões sociais na cidade, tais como o desemprego, e as desigualdades sociais. Portanto, o crescimento da demanda desfavorecida é um contraponto ao desenvolvimento do pólo industrial e da comercialização.

Os Projetos existentes na época eram voltados para atender as exigências do sistema capitalista, favorecendo os grandes comércios, as instituições privadas, e o turismo da capital, porém, não havia preocupação com políticas de habitação. A implantação de Programas habitacionais é algo recente. Atualmente, conforme consta na versão preliminar da Política Habitacional de Florianópolis, podemos afirmar que:

a questão da habitação apresenta uma certa gravidade na medida em que, em contraponto às altas taxas de crescimento populacional, o território é fisicamente delimitado pelas bordas do mar, com exceção dos limites de São José, que ainda é composto por 42% de áreas de preservação permanente, condições que aumentam o custo dos imóveis e reduzem significativamente as possibilidades de acesso a terra. (PMF, 2002)

Nesse contexto, foi criada em 2000 a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – SMHTDS, aliando às diretrizes da Administração Pública Municipal as exigências do Programa Habitar Brasil BID. “Todo esse processo evidencia uma postura política e de gestão da questão habitacional em Florianópolis, que não espera mais passivamente, mas ousa novos caminhos, mesmo que em meio a muitas dificuldades” (PMF, 2002). O Programa Habitar Brasil BID visa urbanizar comunidades compreendidas pelas classes populares, inclusive a região do Mocotó, com ações voltadas para o desenvolvimento urbano e social, favorecendo aos moradores melhores condições de moradia.

## **1.2 Programa Habitar Brasil - BID**

Nos últimos anos, as ações no âmbito das políticas habitacionais vem assumindo uma postura pontual e emergencial. A preocupação com projetos nessa área é algo recente e, ainda minucioso no trato desta questão, a necessidade de estruturação desta política foi se acentuando devido à ausência de um processo planejado e sistemático que se caracteriza pela desarticulação das ações.

O difícil acesso à moradia, juntamente com a falta de ações estruturadas para solucionar esta problemática, gerou às famílias de menor renda a necessidade de resolver sua situação habitacional por meios próprios, ocupando regiões impróprias, íngremes, nas encostas de morros sujeitas a deslizamentos e inundações periódicas, áreas com alta concentração de agentes poluentes e outras situações inadequadas para a habitação.

“Esse tipo de ocupação, se por um lado coloca em risco a integridade física dos moradores e de seu patrimônio, por outro causa danos ambientais que, com frequência, não ficam circunscritos às áreas dos assentamentos subnormais<sup>3</sup>” (HBB, 2003). Os efeitos provocados pelo corte excessivo de vegetação para construção de residências em encostas, as leis de preservação, bem como o acúmulo de lixo doméstico em córregos e rios, acarretam danos desastrosos ao meio ambiente. Esse problema se ampliou muito nos últimos anos pela retração da ação dos governos no setor habitacional.

A integração das ações governamentais deve sistematizar as ações para o tratamento dessa problemática de forma mais abrangente no sentido de implementar uma política municipal de habitação considerando não somente as famílias com extrema carência, mas também uma parte significativa da sociedade compreendida pelas classes populares.

Entretanto, nos últimos anos, este tema tem se destacado e assumido um grau de importância significativa na administração municipal. “A Política Habitacional vem sendo concebida como fator determinante da redução das desigualdades sociais em Florianópolis, aliada à reconquista gradativa da qualidade ambiental para todos os seus habitantes e visitantes”. (PMF, 2002)

“Assim, na gestão do Presidente Itamar Franco em 1996 foi lançado o Programa Habitar Brasil BID, com o objetivo de atender a questão dos municípios restrito às famílias de baixa renda” (HBB, 2003). Em Florianópolis, as primeiras ações na área habitacional foram concretizadas no final do governo Grandó, neste mesmo ano. Em 1997, o Município começou a estabelecer contato e articular ações com o Ministério do orçamento e, a partir daí, é que iniciou a implantação do Programa Habitar Brasil BID na capital.

Conforme a descentralização administrativa, os municípios receberam a função de elaborar, implementar e executar os projetos após serem aprovados pela Caixa Econômica

---

<sup>3</sup> Termo utilizado pela equipe técnica do Programa Habitar Brasil – BID, para designar áreas sem regulamentação fundiária, desprovidas de infra-estrutura urbana.



Federal e pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU, que analisam sua conformidade ao Programa Habitar Brasil BID.

Os recursos previstos para o Programa são oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. As verbas são financiadas em nível federal e repassadas aos municípios a fundo perdido, ou seja, o que é transferido não precisa ser devolvido ao banco; isso fica a cargo da esfera federal que deve pagar a dívida.

Ao considerar a complexidade da questão habitacional e o insuficiente preparo do aparato institucional-administrativo de muitos municípios, para o seu enfrentamento, o Programa Habitar Brasil BID constitui-se de dois subprogramas: Desenvolvimento Institucional (DI) e Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS).

O Subprograma Desenvolvimento Institucional (DI) objetiva a criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios, para atuarem na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, por meio da criação ou aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais, que permitam a regularização dos assentamentos subnormais e da capacidade técnica das equipes da prefeitura, que atuam no setor. Objetiva, ainda, propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo em implantar estratégias de controle e desestímulo à ocupação irregular de áreas.

O Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) objetiva a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária com infra-estrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos.

O Programa iniciou em Florianópolis com a execução de obras habitacionais na Vila União, Vila Cachoeira e Chico Mendes, regiões situadas no norte e continente da ilha, respectivamente.

O direito de uma habitação condigna cujo conceito, além da idéia de abrigo, deve compreender integração com a cidade através da disponibilidade de infra – estrutura urbana e de acessibilidade ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos, é um pré – requisito importante para o exercício da cidadania. A habitação, assim concebida, propicia condições necessárias para a proteção física de seus moradores, o convívio familiar, a integração do indivíduo na comunidade e a reprodução da força de trabalho.

Assim, a melhoria das condições de habitabilidade das famílias moradoras em assentamentos subnormais não pode ser vista como uma questão setorial, mas como um componente, que interage fortemente com os demais condicionantes do desenvolvimento urbano e ambiental.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da atual Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – SMHTDS passou a ter ações planejadas a partir da implantação do Programa Habitar Brasil BID através do O.G.U. (Orçamento Geral da União), quando definiu linhas de atuação da área habitacional. (HBB, 2003)

Desta forma, técnicos da Secretaria e membros do Conselho Municipal de Integração Social decidiram pela aplicação de recursos habitacionais em projetos de urbanização em áreas consideradas de interesse social com remanejamento e assentamento de famílias de baixa renda, que vivem em situação de risco ocupando áreas públicas e de preservação ambiental, tais como os desabrigados das chuvas de dezembro de 1995 ocupantes das encostas do Morro da Cruz, Mocotó e proximidades. “Com o presente projeto realizado no Morro do Mocotó, pretende-se beneficiar diretamente 113 famílias, sendo 38 com novas residências e as demais com benfeitorias habitacionais”. (HBB, 2002, pág. 18).

O Programa Habitar Brasil BID tomou ponto de partida em 2001 com o diagnóstico, acrescido do pressuposto de que “é essencial considerar, em qualquer política de governo, a

participação popular como forma de afirmação da Cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública”. (HBB, pág.02, 2003)

Esse Programa tem como objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até três salários mínimos, que residiam em aglomerados como favelas, palafitas e cortiços, entre outras, localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de Estados. Pretende também, fortalecer as condições administrativas e institucionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para evitar novas ocorrências.

### **1.3 História de implantação do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho**

Objetivando compreender a formação do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, tornou-se relevante resgatar a história de sua implantação, iniciando as primeiras discussões à respeito em 1994, com os moradores da região Chico Mendes<sup>4</sup>. Posteriormente, as idéias culminaram na formação de uma Comissão do meio ambiente formada pelos próprios moradores que manifestavam a preocupação com a problemática do lixo. Enquanto isso, profissionais da Prefeitura, mais especificamente na Gerência de Habitação, situada no setor de Ação Comunitária, trabalhavam na região com a intenção de desenvolver um Projeto na área do meio ambiente, tendo em vista a problemática do lixo na região. A inexistência de um sistema de esgoto e a falta de saneamento básico, aliados ao problema do lixo, comprometiam a saúde da população.

---

<sup>4</sup> A implantação do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho foi resgatada a partir de uma entrevista realizada em Abril de 2004, com a Assistente Social Marliange da Silva Pereira, que participou do processo de formação do Projeto na região Chico Mendes. A Assistente Social é membro do Conselho Municipal de Assistência Social.

Quando a Prefeitura iniciou sua atuação na região Chico Mendes, o lixo foi um problema que logo se evidenciou, exigindo primeiramente uma articulação com a saúde, porque as doenças da época eram relacionadas aos problemas do meio ambiente, considerada uma questão muito séria.

Por volta de 1995, a Prefeitura disponibilizou recursos para desenvolver um Projeto chamado Operação Limpeza. Na concepção de alguns profissionais que fizeram parte do processo de implantação, já havia uma idéia definida de montar equipes com pessoas da comunidade para desenvolver trabalhos de limpeza com o objetivo de promover a educação ambiental.

Na época, os moradores haviam formado um grupo de lideranças na Chico Mendes abrangendo três regiões do bairro Monte Cristo, trazendo o Projeto para discussão dentro da esfera das três comunidades. Neste período, as associações do local eram bastante representativas, com a atuação de algumas ONGs como a COMCAP, para dar suporte de organização comunitária, contribuindo para a mobilização dos moradores que se tornou bastante reivindicatória.

Com a interpretação do Projeto na comunidade, realizada pela equipe técnica da Prefeitura, houve a aprovação dos moradores após sucessivas reuniões, onde se discutiu a viabilidade do mesmo na região. Nas primeiras ações, deflagrou-se a seleção de moradores desempregados, realizada por membros de lideranças comunitárias, que assumiram desde o primeiro momento a coordenação.

Após o recrutamento dos primeiros moradores, iniciou-se um trabalho em torno da idéia de orientar as pessoas em relação ao projeto a ser desenvolvido no local, sendo realizado o primeiro treinamento para que a equipe pudesse ter uma intervenção na comunidade. Nesse momento, iniciou-se uma articulação com a COMCAP para solucionar a problemática do lixo na região.

Durante os treinamentos, várias orientações são realizadas aos membros das equipes de trabalho com profissionais do Posto de saúde, CASAN, entre outros órgãos envolvidos, havendo efetiva articulação e significativa importância pela estreita relação que essas instituições apresentam nos cuidados com a saúde e meio ambiente.

As ferramentas para a execução das ações são fornecidas pela mesma companhia definindo-se posteriormente os locais para a realização da limpeza considerando a precariedade nos serviços de coleta de lixo da região, ocasionando a exposição de entulhos, e lixo em cursos de água. A partir desse momento, o problema começou a ser discutido com os moradores e especialmente com as equipes de trabalho que pretendiam realizar reuniões com a mesma companhia a fim de solucionar esta questão. Desta forma, ao iniciar a discussão sobre coleta de lixo, passou a surgir conseqüentemente uma junção com o meio ambiente.

Segundo Marliange da Silva Pereira, Assistente Social da Prefeitura de Florianópolis, que participou do processo de implantação do Projeto na Chico Mendes, “esse grupo teve uma atuação brilhante durante a experiência de trabalho”, e ao final dos três meses decidiu-se nas reuniões que deveria ser realizado um evento na comunidade chamado rua do lazer do meio ambiente, sendo uma das primeiras oportunidades de envolvimento de toda a comunidade desde sua formação para uma ação concreta.

O evento desenvolvido no bairro foi concentrado no espaço onde a comunidade utiliza para o lazer e contou com a articulação dos órgãos envolvidos para a distribuição de mudas e plantas em troca de sacos de lixo, e a realização da rua de lazer entre outras atividades. A experiência foi bem sucedida e, após o processo de avaliação quando terminaram as verbas direcionadas para o Projeto Operação Limpeza, a equipe pôde avaliar com bastante precisão e se concluiu que o trabalho não poderia parar. A própria comunidade e as lideranças tiveram a clareza de que não poderiam finalizar o processo naquele momento, sendo necessária a

seqüência dos trabalhos voltados para a temática do lixo e de outros fatores que interferem na qualidade do meio ambiente.

A fim de dar continuidade ao processo, a equipe decidiu pela formação de uma comissão do meio ambiente que reunia três comunidades do bairro Monte Cristo, sendo que os encontros se realizavam no bairro Chico Mendes. A comissão atua até hoje e, através desse grupo formado pelas lideranças comunitárias, se desenvolveu-se o trabalho de mobilização e de organização da comunidade, tornando-se durante muito tempo uma das esferas de discussão mais importantes na conjuntura da região, havendo em cada comunidade seus representantes com sua organização envolvendo a temática ambiental que passou a ser não só o lixo mas as condições de vida de uma forma geral.

Conforme o relato de Marliange da Silva Pereira, “durante este período as conquistas foram inovadoras”, especialmente com relação à coleta de lixo que resultou num grande avanço na qualidade dos serviços de resíduos sólidos do município após reuniões com o órgão responsável e através de mobilizações e passeatas. Hoje, a comissão do meio ambiente continua tendo uma atuação transformando-se numa ONG. Todo esse processo nesses anos todos culminou para a formalização e institucionalização desta comissão.

Durante esse período, a comissão do meio ambiente se reuniu religiosamente toda semana em reuniões organizadas com atas coordenadas pela comunidade e a Prefeitura entrava como um agente de mediação, de acompanhamento, de orientação e de assessoria. As melhoras na coleta de lixo foram significativas, a comunidade passou a ter uma coleta mais adequada, reuniões sistemáticas com a COMCAP e, sempre que havia algum problema, fazia-se um diagnóstico da comunidade sendo apresentado a várias entidades e para a Prefeitura como um todo.

A articulação com a CASAM contou com a criação do Projeto PRÓ-SANEAR que também teve toda participação da comissão do meio ambiente que conseguiu influir, na

época, na contratação de moradores para fazer o trabalho de educação ambiental, tudo isso com relatos, e documentos que a comissão se dispôs a realizar.

O Projeto das Frentes Temporárias de Trabalho foi uma idéia que partiu da comissão do meio ambiente. Como a experiência da Operação limpeza havia sido bem sucedida, viu-se a necessidade de um Projeto para proporcionar a questão do trabalho temporário para pessoas desempregadas e formar novas lideranças do meio ambiente, para mobilização, organização e limpeza da comunidade.

Nessa perspectiva, iniciou a elaboração de um Projeto específico sendo baseado na experiência obtida anteriormente. O processo de construção do Projeto das frentes se deu nas reuniões da comissão do meio ambiente pelos próprios moradores e lideranças. Ao final da organização a equipe havia criado e definido os critérios, formas de realização, os objetivos, as articulações e recursos, sendo um processo bastante demorado tendo em vista a determinação da construção de um Projeto que realmente pudesse superar as expectativas da comunidade.

Com a efetiva participação de algumas lideranças e moradores da região Chico Mendes, bairro de periferia da capital, o Projeto se consolidou com uma mobilização da comunidade em sucessivas reuniões com os moradores, que manifestavam a preocupação com o acúmulo de lixo em pontos estratégicos da região.

Em 1998, deu-se a consolidação da Comissão do Meio Ambiente conduzida pela equipe técnica da Prefeitura que na ocasião disponibilizava recursos para desenvolver o Projeto na região, considerada na época o lixão da cidade. Os moradores que formaram a Comissão se reuniam com o propósito de compartilhar com os demais membros do grupo novas ações que podiam ser desenvolvidas em relação à problemática ambiental, tendo efetiva participação com a aprovação do Projeto através de assinaturas oportunizando aos moradores sugerir novas propostas de atuação.

A Comissão do Meio Ambiente, formada por lideranças comunitárias e moradores da região Chico Mendes, e assessorada por Assistentes Sociais e Educadores Sociais da Prefeitura, deu início às primeiras ações desenvolvidas com a criação de hortas comunitárias, e limpeza nos espaços públicos do local. Posteriormente, para abranger a comunidade no trabalho coletivo e buscar a geração de renda, optou-se por formar equipes de trabalho com ganhos de um salário mínimo para atuar temporariamente, formando o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho.

A necessidade de implementar o Projeto na Chico Mendes surgiu devido à problemática do lixo, que na ocasião vinha ocupando grandes proporções na área, ocasionando diversos danos à comunidade como a proliferação de animais roedores, doenças e outras situações pertinentes a essa questão. Além disso, o aspecto visual que isso acarreta normalmente traz a discriminação por parte de outras localidades. Portanto, um trabalho de educação ambiental nessa população teve por finalidade dar aos moradores a perspectiva de melhores condições de moradia, salientando a importância do meio ambiente, orientando em relação ao uso e conservação, bem como favorecer o desenvolvimento da região.

Posteriormente, o Projeto foi implantado em outras comunidades fazendo parte dos objetivos do Programa Habitar Brasil BID. A experiência do Projeto na Chico Mendes expandiu sua proposta de ação na Vila União, Vila Cachoeira e recentemente no Mocotó.

Assim como na região Chico Mendes, o lixo é considerado um dos principais problemas da comunidade Mocotó e a necessidade de uma ação que possa equacionar essa temática, aliada à ausência de emprego veio acrescentar a importância do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na região, criando oportunidade de renda e contribuindo na educação ambiental, envolvendo os moradores enquanto sujeitos coletivos de ação, possibilitando mudanças que possam melhorar a qualidade de vida das famílias.



#### **1.4 O Projeto Frentes Temporárias de Trabalho no Mocotó**

A legitimidade do Projeto em outras comunidades empobrecidas da capital, trazendo a problemática do lixo, contribuiu para que a idéia fosse concretizada no Mocotó. Sua implantação na região ocorreu em Novembro de 2003, a fim de conscientizar a comunidade em relação à preservação do meio ambiente que se torna comprometido devido o acúmulo de lixo em áreas verdes. Através de ações que possam sanar essa problemática, o projeto oportuniza a geração do trabalho e renda, já que a demanda apresenta grande parte das famílias em situação de extrema pobreza e significativo aumento de pessoas desempregadas.

O desemprego é um fato crescente na região do Mocotó e esta realidade se agrava ainda mais pelo fato da maioria das pessoas que ali residem possuem baixo grau de instrução, não obtendo conseqüentemente uma qualificação profissional. Grande parte dessa população costuma ocupar cargos considerados inferiores geralmente ligados ao mercado informal gerando a insegurança e a impossibilidade de perspectivas futuras.

A ausência de emprego, aliado a precárias condições de moradia, inviabiliza a garantia dos mínimos sociais que reflete diretamente na qualidade de vida da população, trazendo conseqüentemente demandas diversificadas como desemprego, violência urbana, miséria e violência familiar, tornando as famílias mais vulneráveis as questões sociais.

Por sua vez, as políticas sociais criadas para o enfrentamento dessa questão são focalizadas e de caráter emergencial e acabam apenas amenizando as expressões das questões sociais que se tornam ainda mais emergentes pela ausência de políticas que possam garantir de fato bem-estar social, que prevê, conforme a LOAS, “o direito aos mínimos sociais, suprimindo as necessidades básicas das famílias que se encontram em vulnerabilidade social,

desenvolvendo atividades sócio – educativas com ênfase no caráter preventivo e de inclusão”.

Neste contexto:

O artigo 1º da LOAS preceitua que a assistência social, a par de ser um direito do cidadão e um dever do Estado, é política não contributiva de seguridade social, que provê aos mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas. (PEREIRA, 2000, p.25).

Nesse sentido, o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, como outros programas sociais que atuam de forma emergencial, é uma política compensatória que veio compensar a falta de emprego e de acesso aos bens e serviços básicos da população, especialmente das classes populares.

Tendo em vista a realidade social das famílias do Mocotó que se caracteriza pela falta de infra-estrutura, saneamento básico, e precárias condições de moradia, considerou-se importante a implantação do Projeto na região devido à ausência de políticas que possam sanar as reais necessidades da população obtendo resultados à longo prazo. Contudo, a credibilidade e aceitação em outras comunidades também foram fatores que contribuíram para a implantação do Projeto na região.

O Projeto é formado por equipes de cinco moradores que trabalham durante três meses e, ao final de cada período, o grupo se renova dando oportunidade a outros moradores à geração do trabalho e renda. Desenvolve trabalhos de limpeza e conservação em vias públicas da área que se restringem às ruelas e locais desapropriados, com significativa quantidade de lixo, objetivando oportunizar a outros moradores a geração do trabalho e renda e conscientizar significativa parcela da população em relação à problemática ambiental.

A formação dos primeiros grupos contou com o apoio de algumas lideranças comunitárias e agentes de saúde, que colaboraram na divulgação do Projeto na região indicando pessoas que manifestavam interesse e que realmente precisavam da vaga, priorizando aqueles que, por muito tempo, estavam desempregados.

O objetivo maior do Projeto é conscientizar os moradores quanto à preservação ambiental, buscando a participação coletiva e oportunizar à comunidade a geração de trabalho e renda, visando a manutenção das áreas verdes, tendo como um dos principais focos de ação destinar o lixo adequadamente, considerado um dos maiores problemas existentes na região, segundo dados da pesquisa recentemente realizada pelo Programa Habitar Brasil BID, em dezembro de 2003.

Nesta perspectiva, as diretrizes básicas do Programa HBB caracterizam-se pela educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda, mobilização e participação comunitária, estando previstas no Projeto Frentes Temporárias de Trabalho através dos seguintes objetivos:

- Proporcionar alternativa de melhoria das condições de vida e moradia da região do Mocotó;
- Melhorar as condições gerais de limpeza e conservação do meio ambiente da comunidade;
- Promover ações de educação ambiental para utilização de práticas adequadas quanto ao tratamento dos detritos domésticos;
- Desenvolver trabalhos de limpeza nas ruas, articulados com os serviços já prestados pela COMCAP;
- Promover o acesso a atividades remuneradas, formação profissional, mercado de trabalho e alfabetização;
- Formar lideranças preocupadas com a questão ambiental.

A inscrição e a divulgação do Projeto são realizadas na comunidade através de folders em locais como o Posto de Saúde, Conselho Comunitário, a Creche do bairro, a Sede onde os moradores se reúnem, entre outros locais de acesso freqüente da população, e conta com o

apoio de membros do grupo de trabalho que já cumpriu o período de atuação para transmitir algumas informações pertinentes ao processo de seleção.

O candidato que se apresenta preenche uma ficha de inscrição onde contém dados sócio-econômicos que possibilitam identificar o perfil dos participantes e verificar as necessidades de cada um para que a seleção ocorra de forma justa.

Através de um processo de seleção, ocorre a formação das equipes de trabalho, obedecendo alguns critérios relevantes: maior tempo de desemprego, renda familiar, idade considerando o mais velho; residência na comunidade, ter maior número de filhos, ser chefe de família e ter disponibilidade para o trabalho. As pessoas que não foram contempladas ao programa podem aguardar em lista de espera para a próxima equipe.

Os candidatos selecionados participam de um treinamento durante dois dias no período integral. Essa atividade objetiva trazer aos integrantes do Projeto alguns conhecimentos referentes à educação ambiental através de palestras, vídeos e debates com a participação de técnicos de alguns órgãos responsáveis por esta temática: COMCAP, FLORAM, SMS, e EPAGRI, visando a utilização adequada dos instrumentos de trabalho, bem como a informação de riscos com objetos cortantes, picadas de insetos, entre outros acidentes que podem ocorrer durante as tarefas.

Os treinamentos normalmente ocorrem na COMCAP onde é apresentado o processo de reciclagem e manipulação do lixo depositado nos serviços de coleta, e no Parque Ecológico do Córrego Grande, proporcionando o conhecimento de áreas de preservação através da trilha ecológica entre outras atividades oferecidas pelo local.

Participam também do encontro outras comunidades da capital onde se insere o Projeto FTT. O evento acontece a cada três meses quando inicia uma nova equipe de trabalho. O treinamento prevê em suas ações a prática da conservação nas mais variadas formas de cuidados com o meio ambiente valorizando a separação do lixo, a reciclagem e, sobretudo,

incentivando ações que evitem danos à saúde, à poluição e conseqüentemente o comprometimento da qualidade de vida dos moradores.

Posteriormente, os trabalhadores são orientados à regulamentação de seus documentos pessoais, necessários para o recebimento do salário, tais como CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), RG (Registro de Identificação), a carteira profissional e comprovante de residência.

A equipe trabalha vinte horas semanais e recebe o benefício mensal de \$260,00 (duzentos e sessenta reais) pelos serviços de limpeza e conservação realizados na comunidade, sendo descontado o INSS e o imposto de renda através da nota de prestação de serviços onde o trabalhador deve pagar uma taxa na agência do BESC ou no Correio.

O pagamento dos participantes do Projeto é efetuado através do Banco do Brasil onde cada membro da equipe deverá abrir conta bancária para o recebimento do salário, sendo necessário uma declaração do Projeto para que se realize o serviço bancário. Conforme a lei nº 6019/74 (Rigeel, 2001) todo trabalhador temporário que não possui vínculo com a empresa, considerado autônomo, deve solicitar uma nota fiscal comprovando a realização do trabalho, o salário a ser recebido, a documentação pessoal e endereço do trabalhador, bem como o CNPJ da empresa que, neste caso, é a Prefeitura de Florianópolis, constando endereço e assinatura da gerência da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

As notas de prestação de serviços são retiradas na Secretaria de Finanças e pagas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Fundo Municipal de Integração Social, não possuindo vínculo empregatício por caracterizar trabalho temporário. Esse procedimento requer disponibilidade de tempo e paciência, por ser um processo extremamente burocrático. Além de toda a tramitação das notas que são preenchidas e assinadas pelo trabalhador, após a realização da documentação que ressalva a execução do serviço prestado, encaminha-se ao setor financeiro da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social com a assinatura da gerência do setor para o andamento final do pagamento dos trabalhadores.

Os recursos humanos e materiais contam com a parceria dos seguintes órgãos: COMCAP, FLORAM, CASAN, SMS, que fornecem os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos na comunidade, promove a participação dos grupos em eventos ligados ao meio ambiente, elaboram materiais educativos e disponibilizam profissionais capacitados para treinar e capacitar às equipes, esclarecendo assuntos pertinentes à temática ambiental.

O Projeto é financiado pelas seguintes entidades:

- Fundo Municipal de Assistência Social pagamento dos trabalhadores referente a um salário mínimo;
- AFLOV - financia o custeio de material de divulgação, pagamento da nota de arrecadação para o pagamento dos trabalhadores;
- FLORAM - financia o custeio de identificação dos trabalhadores (camisetas, bonés, coletes) e desenvolve atividades educativas de conscientização e preservação ambiental com os trabalhadores através do Projeto de Integração Comunitária;
- COMCAP - é responsável pelo financiamento de equipamentos básicos para o trabalho (sacos de lixos, vassouras, pás, enxadas, entre outros) e palestras educativas sobre segurança do trabalho o armazenamento e reciclagem do lixo;
- Prefeitura Municipal de Florianópolis - financia materiais de expediente, materiais de limpeza e aporte de assistência aos trabalhadores (medicamentos, cestas básicas, vale de transporte, entre outros) e com a equipe técnica que acompanha, avalia e coordena o Projeto”.(HBB, 2003)

Durante os três meses de atuação, os trabalhadores participam de atividades educativas desenvolvidas pela equipe técnica do Programa e, através do registro fotográfico, planejam semanalmente as atividades de limpeza e conservação. Objetiva-se com essas ações promover

o impacto educativo na comunidade, preocupando-se com a melhoria das condições de vida dos moradores e, para tanto, procura-se desenvolver a conscientização e educação ambiental da região.

Desde o início de sua ocupação, a comunidade do Mocotó tem considerado o lixo um dos maiores problemas. Entretanto, busca-se compreender que esse processo não se desenvolveu de forma isolada. A urbanização da cidade de Florianópolis se ampliou rapidamente no centro da cidade, onde o comércio começa a se desenvolver e a imigração cresceu expansivamente nos morros com a expulsão das classes menos favorecidas que vieram se instalar na cidade, tendo como única alternativa as periferias da capital.

A ocupação desordenada nos morros e locais de difícil acesso não proporcionam, desde então, condições dignas de moradia, onde não há infra-estrutura, saneamento básico, e sistema adequado de coleta de lixo, ocasionando a degradação ambiental, ao depositar lixo em locais impróprios poluindo o meio ambiente.

Um dos grandes desafios do mundo moderno é encontrar um destino adequado ao lixo. Na comunidade do Mocotó às soluções que muitos moradores têm encontrado no manejo com o lixo tem provocado danos ao meio ambiente, seja através das queimadas, depósito de lixo em áreas verdes, bem como em cursos d'água. (HBB, 2003)

A coleta de lixo no Mocotó tem regularidade apenas na parte mais baixa do morro onde o acesso é facilitado. Em pontos estratégicos da comunidade há algumas caixas coletoras e, segundo os moradores, existem apenas dois garis responsáveis pela limpeza da região. Assim, esses serviços não dão conta da grande extensão de área do Mocotó tendo características bastante rudimentares com predomínio de áreas de encostas, declividade acentuada e ocorrência de construções habitacionais em situação de risco. A partir das encostas, o lixo vem sendo depositado de forma irregular lançado em áreas desapropriadas e de preservação.

### 1.4.1 Perfil sócio-econômico dos participantes

O percurso da situação econômica do Brasil, nos últimos anos, vem refletindo dinamicamente as relações de trabalho influenciando conseqüentemente no aumento da pobreza e na disparidade das desigualdades sociais. O aprofundamento desta questão tem considerável relação com a condução do sistema neoliberal que se configurou nos anos 90 como uma ameaça à geração de renda, elevando gradativamente os índices de desemprego, moldando novas demandas sociais que, ao lutar por uma oferta de emprego, enfrentam a concorrência do mercado de trabalho, tendo que se adequar às novas exigências da sociedade capitalista.

A economia brasileira nesse período cria forte dependência internacional que passa a ditar as regras de mercado no Brasil, vinculada à dinâmica da globalização através da abertura política e econômica, criando a expansão do capitalismo financeiro. Nessa perspectiva, o Estado assume uma nova postura, conduzindo suas responsabilidades à sociedade civil.

Por outro lado, as mudanças no mundo do trabalho caracterizam as reflexões do processo de privatização das empresas, a terceirização dos serviços gerando a informalidade e a precariedade do emprego. A nova onda neoliberal, aliada ao descumprimento das ações do Estado, vem assumindo um caráter destrutivo das relações de trabalho, manifestando as mais variadas formas de reprodução do capital. Contudo, em relação às relações de trabalho, no Brasil, podemos dizer que:

Apresenta-se-á uma periodização de conjuntura da economia nos anos 90 para tornar claro o desenvolvimento social no Brasil e o surgimento de uma sociabilidade da barbárie social na década de 1990, expressa através, principalmente das tendências de degradação objetiva e subjetiva do mundo do trabalho. (Alves, 2002, p.8).

Nesse sentido, a realidade da sociedade brasileira, especialmente nas grandes cidades, é de que o sistema capitalista favorece a criação da acumulação dos grandes setores que se



caracteriza pela classe dos grandes empresários, salientando ainda mais as diferenças de classes no Brasil, trazendo novas expressões da questão social com o aumento da pobreza, repercutindo na situação sócio-econômica da população.

Esse quadro vem alterando as condições de vida nas grandes cidades brasileiras, considerando o significativo número de migrantes na busca de emprego. Em Florianópolis, esse fato tem aumentado consideravelmente pela ilusória idéia que a população migrante tem em relação à oferta de emprego nas grandes cidades, especialmente nas capitais onde a mídia mostra condições favoráveis para melhor qualidade de vida.

Contudo, a questão da moradia deve refletir o dinamismo e a complexidade de uma determinada realidade sócio-econômica. Segundo mostra dados da pesquisa recentemente realizada pela equipe técnica do Programa HBB<sup>5</sup>, a população residente na comunidade do Mocotó, bairro de periferia de Florianópolis, é de 1329 habitantes divididos quase que igualmente entre homens e mulheres, com 48,49% e 51,51%, respectivamente.

A estrutura etária da população pesquisada caracteriza-se pela expressiva presença de habitantes jovens. O percentual de menores com idade de 7 a 14 anos, faixa de escolarização do ensino fundamental, atinge 17,91% ou seja, o seguimento populacional, sobretudo, da rede municipal soma 32,96% da população total.

A população, de um modo geral, apresenta baixo nível de instrução, são na grande maioria moradores de naturalidade local, e grande parte possui parentescos nas proximidades da região. Algo também muito interessante é que existe uma grande população idosa, mais se sobressai a população jovem em idade ativa, sendo a maioria desempregados, e muitos estão fora da rede de ensino ou ainda não concluíram o nível fundamental.

O percentual do nível de instrução apresentou na última pesquisa realizada no Mocotó, os seguintes resultados: 8,7% dos entrevistados com idade acima de 15 anos, não tiveram

---

<sup>5</sup> Esses dados quantitativos foram retirados da Pesquisa Censitária realizada em DEZ/01 pela equipe técnica do Programa através da empresa Diagonal Urbana.

acesso ao estudo formal e 27,1% cursaram apenas as séries iniciais (1ª à 4ª série) do ensino fundamental, e 39,5% da 5ª à 8ª série.

O baixo nível de escolaridade da população do Mocotó tem rebatido diretamente sobre a inserção dessa demanda ao mercado de trabalho. Os índices de desemprego e de trabalho no setor informal são significativos. Entre os chefes de família, 12,4 % estão desempregados e 6,8 % são biscateiros, sendo que a maioria exerce ocupações com pouca qualificação, sendo que é possível constatar essa realidade principalmente entre os chefes de família. Este quadro reflete diretamente nos baixos níveis de renda.

Os dados da pesquisa revelam que 45,0 % das famílias possui renda mensal de dois salários mínimos e 16,2 % com rendimentos entre zero a um salário.

Outro aspecto importante a ressaltar é a falta de uma atividade econômica no morro, que possa gerar postos de trabalho. Além dos pequenos comércios, bares, mercadinhos e similares, não há nada significativo.

O desemprego é um fato crescente na população do Mocotó e, certamente gera várias conseqüências à população, tais como o crescimento da miséria, das desigualdades sociais e da violência. Em relação ao desemprego em Florianópolis podemos afirmar que:

Os filhos e netos dos ilhéus sendo absorvidos pelo turismo na região abriram pequenos negócios e vieram a se tornar grandes comerciantes, ocupando o mercado de trabalho de maneira diferenciada. Com uma formação escolar bastante limitada e uma habilitação profissional restrita à experiência familiar e suas tradições, os ilhéus, passaram a disputar o mercado de trabalho em desvantagem com relação aos profissionais de nível médio e superior. A maioria passou à condição de assalariados em serviços considerados inferiores como empregadas domésticas, faxineiras, arrumadeiras, garçons, operários da construção civil, atendentes de comércio e outros. (CECCA, 2003, pág. 105).

#### 1.4.2 Pontos positivos e conquistas

Considerando o pequeno período de atuação, o Projeto obteve conquistas significativas. Logo no início de sua implantação a primeira equipe de trabalho conseguiu organizar junto aos técnicos da Prefeitura, através da Secretaria Municipal da Habitação,

Trabalho e Desenvolvimento Social, representada por Assistentes Sociais, Engenheiros e Educadores Ambientais, uma grande mobilização dos moradores na organização de um Mutirão de Limpeza.

Percebe-se, na comunidade, que o trabalho realizado pelas frentes de trabalho traz aos moradores um movimento dinâmico de participação e concretização de ações que possam modificar as condições sociais da comunidade.

Mesmo com a falta de colaboração de alguns moradores, durante as atividades os integrantes das equipes revelam que as pessoas manifestam cuidados com os locais onde foram efetuados os serviços de limpeza. Isso já é um grande avanço considerando o descaso inicial que a população manifestava. Contudo, os trabalhos realizados na comunidade têm trazido algumas discussões entre os participantes do Projeto, tais como a mobilização da comunidade em relação à problemática do lixo, a formação de lideranças em benefício do meio ambiente, o movimento participativo da comunidade através de outros mutirões de limpeza, entre outras atividades que poderão contribuir para a solução desta temática.

Os integrantes do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, ao compartilhar suas ações no grupo, discutem novas formas de resolver a problemática do lixo na comunidade, e com isso favorece a mobilização entre os moradores, que acabam se estimulando ao ver a alteração estética da região e a participação conjunta das frentes de trabalho. Isso vem contribuindo para que os moradores se conscientizem de que são os responsáveis pelo lixo que produzem e, sobretudo, pela aparência do ambiente em que vivem.

Durante os treinamentos, os participantes do Projeto discutem temas relacionados à educação ambiental e à importância do trabalho coletivo e dos cuidados pessoais para ter uma vida mais saudável. A proposta dessa temática proporcionada pelas entidades parceiras é fazer com que os trabalhadores levem os conhecimentos a sua comunidade, para juntos estabelecerem mudanças favoráveis à melhoria das condições de vida da população do

Mocotó, proporcionando mudanças de hábitos e valores, criando formas de crescimento pessoal e, conseqüentemente, resgatando a auto-estima que geralmente é diminuída pela falta de emprego.

A articulação direta do Projeto com os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente e a saúde da população solidifica suas ações junto à equipe técnica do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho que, além de gerar uma fonte de renda aos trabalhadores desempregados, favorece o desenvolvimento pessoal e de auto-gestão. Essa articulação tem sido fundamental para a credibilidade do Projeto na comunidade do Mocotó, que propicia criar novos canais de participação na região.

#### 1.4.3 Principais dificuldades e desafios

Ao analisar o processo de ocupação da população do Mocotó, compreende-se que os problemas emergentes decorrem da formação de uma comunidade onde as dificuldades são resultados de um processo estrutural, que surgiram principalmente pela povoação dessa demanda que habitam locais sem infra-estrutura urbana, desprovida de condições de moradia, não dispondo das necessidades básicas para obter qualidade de vida e adquirir hábitos que possam agregar outros valores.

No entanto, percebe-se que a maioria dos moradores da região apresentam uma concepção paternalista, ou seja, as ações governamentais, que são de direito, não são reconhecidas como tal, são obtidas como caridade. Esse sentimento gerado muitas vezes pela exclusão acaba transformando o direito como um favor, criando, com isso, uma cultura assistencialista muito presente na comunidade do Mocotó.

Nesse contexto, há de se compreender que a conscientização dos moradores em relação à educação ambiental é um processo lento, porém, as ações educativas possam favorecer o reconhecimento do direito a um melhor espaço de moradia, deverão ser postas em prática de uma forma expansiva, ou seja, não tratar somente de forma emergencial característico de política focalizada.

Parte dos Projetos Sociais que atuam na perspectiva de geração de trabalho e renda são políticas setoriais que atingem apenas determinados setores da população. O Programa Habitar Brasil BID é engessado, ou seja, o que está proposto deve ser cumprido, independente das necessidades da população, não considerando a pluralidade do contexto onde há demandas diversificadas de questões sociais. O Projeto Frentes Temporárias de Trabalho como executor de tal política, vem apenas cumprir as exigências do programa, desconsiderando o conhecimento da realidade local e das necessidades da população.

Sem as mínimas condições de moradia e acesso aos bens e serviços básicos de saúde, infra-estrutura e saneamento básico, os moradores acabam sendo individualistas, não pensam de forma coletiva, mesmo quando na comunidade todos desejem lutar pelos mesmos ideais. No entanto, é preciso dar instrumentos de ação para que se possa efetivar o processo coletivo de forma inovadora, construindo formas de participação de toda a população e não somente de grupos focalizados. Portanto, é um desafio fazê-los sair da visão particular para a coletiva, possibilitando a participação integrada no processo de desenvolvimento da comunidade. “O desenvolvimento tecnológico trazido pela nova era da globalização exige modernas atividades econômicas e trazem a estrutura da antiga ocupação e colonização”. (Agenda 21, 2002)

Contudo, essas questões favorecem ainda mais o poder do narcotráfico que se ilude ao pensar ser a melhor saída para suprir suas necessidades. Esse controle que se estabelece entre os moradores, acaba limitando ações mais abrangentes. O aumento do desemprego e das questões sociais emergentes na comunidade retrata que a falta de emprego, vem aumentando

progressivamente o número de pessoas envolvidas no narcotráfico, gerando conseqüentemente a criminalidade e a violência, que atinge hoje uma significativa proporção nas grandes cidades, e em Florianópolis vem acentuando a cada dia, especialmente em comunidades de baixa renda. As estatísticas revelam que a maior parte dos crimes ocorridos, nos últimos anos, tem relação com o narcotráfico e vem aumentando consideravelmente.

Certamente as questões mais ampliadas devem estar relacionadas com os aspectos sociais e econômicos pertinentes à formação histórica dessa população. O Projeto Frentes Temporárias de Trabalho tem algumas dificuldades no âmbito de sua estruturação, tais como a sucessiva rotatividade de pessoas no grupo, tendo em vista, o caráter temporário do trabalho, pois, ao terminar o período de execução da equipe, o trabalhador retorna a condição de desempregado. Não há uma intervenção com os integrantes das frentes de trabalho após o período de três meses. Com a necessidade de garantir uma renda para suprir o sustento da família, o membro da equipe, ao sair do Projeto, acaba muitas vezes retornando ao mundo do narcotráfico.

O processo burocrático realizado para ser efetuado o pagamento das equipes de trabalho delega trâmites burocráticos que exigem habilidades e conhecimentos, ausentes na demanda dessa população pelo baixo nível de instrução. De certa forma, esse procedimento burocrático acaba desmobilizando alguns membros do grupo devido às dificuldades de acesso ao salário, tendo ainda que monitorar o vai-e-vem de papéis e destiná-los corretamente as suas respectivas finalidades.

O orçamento realizado para suprir o Projeto não garante a possibilidade dos recursos que são escassos frente às reais necessidades da população. A redução das verbas inviabiliza a compra de materiais necessários à realização dos serviços de limpeza de forma segura, evitando acidentes e outros problemas que podem surgir devido à falta de equipamentos adequados a determinadas funções. No entanto, a ampliação da equipe é descartada, sendo

necessária diante da extensa área que abrange a região do Mocotó, sobretudo, pela problemática do lixo que vem atingindo grandes proporções do bairro.

O problema do lixo em algumas regiões de Florianópolis, especialmente as mais empobrecidas da capital, localizadas no alto das encostas da cidade, é consideravelmente uma questão estrutural que vem se agravando desde o início da ocupação da cidade. Com relação a isso o CECCA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania, pág. 154) afirma que “a problemática do lixo em Florianópolis é tratada até o momento de maneira imediatista, popularmente agradando a uns, tecnocraticamente desagradando a outros e, infelizmente, desresponsabilizando a todos”.

Esse processo de formação das comunidades do maciço do Morro da Cruz, que abrange também a região do Mocotó, não obteve desde então estrutura para acomodar, nas melhores condições, toda a população que hoje habita essas áreas.

A divisão de Ação Comunitária onde se insere o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, que é desenvolvido dentro das diretrizes do Programa Habitar Brasil BID, vinculado a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, é um espaço onde se estabelece a intervenção direta nas comunidades do Chico Mendes, Mocotó, Vila Cachoeira e Vila União. Essas regiões estão diretamente ligadas a projetos habitacionais, políticas de geração de trabalho e renda e desenvolvimento social. Nessa divisão, trabalham técnicos de Serviço Social, Educadores Sociais, e estagiários dessas áreas.

Esses profissionais se articulam ao setor de Projetos para trabalhar em parceria com os engenheiros que colaboram com a implementação dos Projetos de habitação. Porém, não há uma interlocução entre os profissionais das comunidades. Na divisão de Ação Comunitária, onde está inserido o Programa Habitar Brasil BID, os representantes de cada região trabalham de forma individual dentro dos seus respectivos grupos, inviabilizando compartilhar experiências que favorecem o desenvolvimento das áreas de atuação.

A comunidade do Mocotó é a mais recente área de intervenção na divisão de Ação Comunitária. Porém, essa região parece estar desvinculada das demais localidades que estão com os seus Projetos habitacionais já em andamento. Algumas informações relevantes como reuniões, ou eventos ligados ao Projeto Frentes Temporárias de Trabalho muitas vezes não chegam até a equipe técnica que coordena o Projeto na região do Mocotó.



## **CAPÍTULO 2 - A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID**

O Programa Habitar Brasil BID, visando urbanizar e promover o desenvolvimento de locais e moradias em áreas consideradas irregulares e impróprias para a habitação, prevê, desde sua implantação em 2000 a atuação do Serviço Social. Este profissional é considerado bastante relevante no trato da Política habitacional e nas questões que envolvem todo o processo de conquista da moradia, a falta de emprego, a pobreza, tendo em vista a ocupação desordenada, entre outros aspectos norteadores a esta temática.

Esta realidade acometida pelo aumento das questões sociais se torna agravante diante da ausência de políticas que possam garantir, o direito às necessidades básicas das famílias, entre eles o acesso à moradia digna e conseqüentemente a qualidade de vida da população beneficiada.

Como já foi dito anteriormente, o HBB prevê hoje, entre suas diretrizes, o desenvolvimento social das comunidades, objetivando reassentar as famílias que residem em precárias condições de moradia, sendo esta uma condição primordial no processo de construção da cidadania e dignidade do ser humano. Neste processo, salienta-se a importância do Assistente Social como um profissional executor de políticas públicas que possam garantir a conquista dos direitos, prevendo conforme a LOAS, acesso aos mínimos sociais.

O Assistente Social é mediador, ou seja, permite o entendimento e a participação da comunidade no que se refere ao procedimento burocrático e licitatório necessários ao início das obras, transmitindo aos moradores todas as informações necessárias ao andamento do projeto urbanístico, e a aquisição dos recursos pertinentes à realização do Projeto habitacional, entre outras informações inerentes a sua concretização.

Antes de iniciar a execução das novas residências na comunidade, o Serviço Social realiza, através da pesquisa, um diagnóstico social e econômico das famílias que serão beneficiadas, bem como o conhecimento de toda a área ocupada pela população inerente, destacando a situação das casas, os riscos existentes no local, sobretudo a necessidade apresentada. Durante as pesquisas, os cadastros são realizados e analisados conforme a necessidade de cada morador, ou seja, de cada família contemplada.

No programa HBB é atribuição do Serviço Social participar do processo de inclusão das famílias no Projeto de urbanização, que se estabelece através de critérios de elegibilidade, tendo prioridade as famílias agregadas que constituem coabitações, maior número de membros, menor renda per capita e precárias condições da moradia, especialmente as que se encontram em situação de risco.

Considera-se relevante a aceitação do morador ao local que atribui sua nova moradia, pois muitas vezes o mesmo não adere ao Projeto por não aceitar o deslocamento para uma outra área, seja pela permanência da proximidade de algum parentesco, pela resistência à mudança por razões culturais, por não se constituir no processo de discussão inicial, ou ainda pela falta de credibilidade no que se refere à morosidade do início das obras.

Por isso, a intervenção do Serviço Social se faz necessária durante o processo urbanístico da área, para que possam ser desenvolvidas ações buscando a participação comunitária, fazendo com que os moradores se tornem auto-gestores no desenvolvimento pessoal e na organização da comunidade, estimulando a geração do trabalho e renda e contribuindo na preservação do meio ambiente.

Destacando a importância da organização e da participação comunitária em todas as etapas de construção deste processo, onde haverá melhorias de habitabilidade, necessária a preparação dos usuários ao uso dos seus benefícios.

A transformação da comunidade decorrente da realização das obras prevê mudanças no sentido de se adequar a uma nova realidade, que certamente modificará os hábitos culturais, trazendo novos conceitos, atitudes e principalmente a consciência de que os moradores podem ser autores no processo de mudança na comunidade. Frente a esta temática, o Serviço Social é mediador no que concerne às transformações ocorridas na comunidade, ou seja, contribui para a interação do morador ao novo ambiente.

Porém, o Assistente Social, junto ao Programa HBB, trabalha no sentido de construir redes para consolidar sua intervenção profissional, buscando desta forma articulações e parcerias com profissionais da área da saúde, educação, ou de associações representativas da sociedade, objetivando ampliar às potencialidades e capacidades de cada grupos, considerando as particularidades de cada região.

O processo que se desenvolve antes do início das obras pressupõe a formalização de documentos necessários à legitimidade do Projeto urbanístico, o orçamento dos recursos utilizados, e a tramitação de documentos. Porém, se faz necessária a transmissão das informações sobre o Projeto aos moradores numa linguagem acessível que possa obter a compreensão das pessoas, considerando essa mediação tarefa primordial no Programa, destacando o Assistente Social como profissional que atribui os instrumentos e técnicas para o desempenho desta função.

É de suma importância a realização das obras paralelamente a intervenção do Serviço Social, contribuindo para a legitimidade do Projeto de urbanização que procura responder às dúvidas da comunidade, que são inerentes ao processo de execução. Assim, enquanto não iniciam as obras, dá-se o andamento da intervenção social na comunidade, como a inserção da população em cursos profissionalizantes, em projetos de geração de trabalho e renda, em programas como o Hora de Comer, grupo de idosos, bem como, o apoio previdenciário, e outros serviços realizados a fim de preparar os moradores ao uso dos seus benefícios.

Segundo o Engenheiro Sanitarista Élson Bertollo dos Passos, Gerente do setor de Habitação da Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social, “a relação existente entre a efetivação das obras e o trabalho social desenvolvido na comunidade é extremamente injusta considerando o Projeto urbanístico algo pronto palpável em que os moradores podem visualizar”. Ou seja, a intervenção do Assistente Social se realiza buscando a inclusão social contribuindo para a auto sustentabilidade das pessoas.

Porém, este profissional deve atribuir propostas e alternativas para que a comunidade possa adquirir meios próprios para o desenvolvimento pessoal. Nesse aspecto pode-se dizer que:

[...] a prática profissional desenvolvida na perspectiva de assessoria coloca como objetivos fundamentais para o Serviço Social, contribuir efetivamente no processo de conscientização, mobilização e organização da população explorada, a fim de capacitá-la para que ela se converta em agente de seu próprio desenvolvimento e sujeito da transformação pessoal. (Rico, 1987, pág. 101).

O trabalho social requer uma compreensão maior da realidade, o Assistente Social não pode ver o processo de forma isolada, deve considerar as particularidades locais, bem como, as transformações ocorridas no âmbito das relações da sociedade. Então, a partir da realidade apreendida, o profissional deve intervir de forma sistemática buscando o acesso aos bens e serviços públicos que perpassam a conquista dos direitos.

Portanto, os moradores cobram da Prefeitura argumentos que possam justificar o adiamento das obras e, ao mesmo tempo, não mostram credibilidade nas respostas dos técnicos em relação às exigências do processo de implantação e nos entraves que se desencadearam no custeio do financiamento do Projeto, referentes a dificuldade de negociação no processo licitatório e aquisição de recursos. No entanto, esses argumentos não supriram as expectativas da população do Mocotó, tendo em vista a busca de ações imediatas dos moradores em relação à Prefeitura.

Portanto, percebe-se que a morosidade do processo burocrático que atrasou o início das obras no Mocotó vem refletindo consideravelmente na intervenção do Assistente Social, trazendo a falta de envolvimento dos moradores em relação ao trabalho desenvolvido na comunidade, diminuindo o comprometimento da população a uma efetiva participação no durante a intervenção do Assistente Social. Por outro lado, a cultura local arraigada favorece a valorização da troca de favores principalmente no período eleitoral. No entanto, sua intervenção deve ser pautada:

[...] no sentido de sugerir alternativas concretas de enfrentamento dos conflitos, decorrentes da dinâmica da correlação de forças, tendo em vista, o encaminhamento de soluções que viabilizem o atendimento de suas demandas, bem como o seu fortalecimento enquanto classe organizada. (Silva, 2002, pág.185).

Vale ressaltar que a restrição dos recursos, a focalização de políticas realizadas no programa, e o poder do narcotráfico, são algumas dificuldades encontradas pelo Assistente Social. Contudo, sua intervenção, no Mocotó, vem se efetivando conforme as exigências do Programa, criando alternativas, com o objetivo de fazer com que a comunidade beneficiada, possa enfrentar parte das questões sociais abrangentes na esfera local, permeando o contexto das populações de baixa renda.

## **2.1 Um breve relato das atribuições e competências do Assistente Social enquanto profissional que constrói políticas públicas de inclusão social.**

O Serviço Social no período atual se configura através de uma trajetória marcada por profundas transformações no mundo do trabalho, modificando a relação do Estado com a sociedade, onde o mesmo passa a optar pela condução neoliberal principalmente na área social, contando com a iniciativa da sociedade civil no combate à pobreza. Contudo, a profissão é marcada por novas relações de poder e mudanças de valores permeando novos conceitos na sociedade moderna.

Nesse contexto, o Assistente Social deve assumir uma nova postura frente aos problemas atuais da questão social, sendo um desafio para este profissional compreender e intervir nas configurações da nova realidade, caracterizada pela diversidade nas relações sociais que vão se modificando ao longo do tempo. O movimento dessas relações:

[...] são sempre mediatizadas por situações, instituições etc, que ao mesmo tempo revelam e ocultam as relações sociais imediatas. Por isso, nessa matriz o ponto de partida é aceitar fatos ou dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (Netto, pág. 26, 1996).

Para se adequar a nova realidade, este profissional deve compreender o ser social como um ser de relações e mudanças considerando o contexto global. Frente à era moderna, o Serviço Social direciona suas ações de acordo com as particularidades e especificidades das áreas e temáticas apresentadas no cunho das questões sociais, considerando as diferenças regionais e culturais de cada grupo em seu respectivo espaço e momento histórico vigente. Portanto:

O novo quadro que se apresenta diante das transformações na divisão do trabalho, ocasionando a precariedade do mesmo nas mais variadas formas de acumulação do capital, gera o acirramento das desigualdades sociais e favorece o aumento da pobreza, contribuindo conseqüentemente para o agravamento das questões sociais.

Entretanto, a atual conjuntura do Serviço Social traz a necessidade de novas estratégias de ação, que precisa se moldar ao movimento dinâmico das relações sociais na sociedade moderna. Portanto:

Diante desta condição e determinações, os profissionais de Serviço Social vêm reconstruindo sua prática profissional, no sentido de imputar-lhe uma outra direção social e conseqüentemente, o redirecionamento de suas funções socioinstitucionais e sócio-ocupacionais.[...] Demandando ao Serviço Social novas exigências, condições e relações de trabalho que precisam ser identificadas e analisadas para que o Assistente Social possa desenvolver um exercício profissional crítico e propositivo comprometido com a consolidação

da igualdade de direitos e da equidade social e contra todas as formas de exclusão social. (SARMENTO, 2002, p.116)

Nesse sentido, o profissional direciona a sua prática em três importantes eixos de atuação caracterizando o fundamento do Serviço Social, que perpassam o processo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

A dimensão do processo teórico metodológico abrange toda bagagem teórica apreendida durante o curso, buscando, através das diversas áreas de atuação, a relação da teoria com a prática. “As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam”. (IAMAMOTO, 2001, p.63)

É necessário que o profissional se atualize teoricamente, no processo dinâmico das relações sociais, nas diversas vertentes e linhas de pensamento, possibilitando um posicionamento crítico em relação às temáticas apresentadas, a fim de compreender a nova realidade e criar novos focos de ação frente às demandas diversificadas do contexto histórico atual.

O Projeto ético político apresenta atribuições e competências, onde o Assistente Social deve seguir o cumprimento do Código de Ética que contém princípios legais e fundamentais para o exercício da profissão, entre eles o sigilo profissional. O desempenho dessas ações na atuação cotidiana do Serviço Social tornou-se relevante diante da construção histórica da realidade humana, considerando que o ser humano não nasce pronto, mas sua conduta moral no que se refere às atitudes e posicionamentos do profissional são construídas a partir das relações coletivas dos seres humanos na sociedade.

No cumprimento dos princípios éticos, o profissional deve contar com o compromisso da defesa dos direitos humanos, desenvolvendo um serviço de qualidade, aprimorando-se intelectualmente e buscando a competência profissional.

O processo técnico-operativo, no bojo do Projeto profissional do Serviço Social atribui a operacionalização das funções do Assistente Social, ou seja, a forma como serão conduzidas as ações, a metodologia utilizada, bem como os instrumentais necessários para o exercício da profissão, nos diversos segmentos da sociedade que se modifica de acordo com as especificidades inerentes às diferentes áreas de atuação.

Contudo, os diversos espaços de trabalho ocupados pelo Assistente Social manifestam diferentes formas de atuar, uma vez que as instituições que necessitam desse profissional direcionam regras de atuação de acordo com as demandas específicas do setor, bem como suas diferentes atribuições e funções que determinam as particularidades institucionais. Nesse sentido, esclarece Oliveira, (1996, p.113):

O Serviço Social integrando-se a uma grande diversidade de instituições com práticas sociais e assistenciais determinadas passou a assumir uma série de funções visando agilizar e maximizar os recursos institucionais, bem como exercer uma ação educativa e normativa de ajustamento da classe trabalhadora à estrutura vigente. O Serviço Social deixou, portanto, de ser um instrumento de distribuição de caridade privada das classes dominantes e transformou-se em executor das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais.

Portanto, a requisição do Assistente Social nas instituições governamentais e não governamentais, para atuar em detrimento de políticas públicas, vem expandindo consideravelmente sua rede de trabalho, haja vista a diversidade e o agravamento das questões sociais trazendo um leque de demandas que são acometidas pelo atendimento emergencial, descaracterizando o caráter preventivo e de inclusão.

Às políticas públicas vigentes no Brasil, vem atuando de forma emergencial que se caracteriza pela atuação de políticas focalizadas e compensatórias. Este é um reflexo da nova postura do Estado frente às questões sociais, que acaba por transferir suas obrigações à sociedade civil.



Em relação a esta nova ordem do Estado, pode-se dizer que:

[...] o surgimento das idéias sobre a redução do papel do Estado, o serviço público e suas estruturas vêm sendo desmantelados através de cortes do gasto social, da focalização das políticas sociais e privatização da produção de serviços.

Além disso, essas políticas ao estabelecer critérios de seleção rigorosos no qual a prioridade sugere o atendimento a famílias com salários extremamente baixos, principalmente as numerosas com a presença de crianças e adolescentes, sendo enfatizado também a situação de desemprego como é o caso do Projeto FTT, acaba sendo uma política focalizada e restritiva.

Ao determinar certos critérios de seleção, essas políticas atendem apenas determinados setores da população, deixando de atender outras demandas sociais de maneira preventiva, evitando desta forma o agravamento das questões sociais.

Porém, o Assistente Social tem suas limitações no que se refere a sua atuação institucional, haja vista que cada órgão possui sua forma própria de atuação tendo o profissional de Serviço Social de se adequar a essas instituições, principalmente em relação aos recursos que geralmente são escassos frente às necessidades apresentadas, que muitas vezes não são condizentes com as atribuições do Serviço Social.

## 2.2 O Papel do Serviço Social junto às Frentes Temporárias de Trabalho

O Projeto Frentes Temporárias de Trabalho é uma política focalizada de transferência de renda, atuando como alternativa diante do desemprego, e conseqüentemente, do aumento da pobreza que atinge demandas diversificadas na comunidade do Mocotó. Nessa perspectiva salienta-se que:



Às políticas de transferência de renda vem expandindo sua rede de programas, devido ao aumento significativo das questões sociais, tais como o progressivo índice de desemprego, a baixa qualificação da mão-de-obra para atender demandas do novo modelo neoliberal. [...] Porém, essas políticas de transferência de renda que deveriam ser complementares, são políticas compensatórias que vem compensar a falta de emprego, de qualificação profissional, de condições básicas de saúde e moradia, e muitas outras questões estruturais marcadas pela crise sócioeconômica do país. (Silva, 1998).

A reestruturação do trabalho, aliado a inexistência de políticas que possam garantir condições mínimas a sobrevivência da população, são fatores que contribuíram para a formação de uma nova configuração atual sendo relevante o papel do Serviço Social haja vista que o profissional trabalha no sentido de buscar a conquista dos direitos e de inclusão social.

Objetivando suprir as necessidades básicas das famílias dessa região que se encontram em situação de extrema pobreza, e exclusão social, o profissional de Serviço Social intervém na realidade, de forma que a população usuária possa se tornar sujeito coletivo de ação, a fim de contribuir na educação sanitária e ambiental, buscando formas de participação popular no âmbito dos direitos sociais, bem como na perspectiva de mudanças da realidade local.

Nesse contexto, o Assistente Social no Projeto tem o papel de coordenar, estimular e orientar a equipe de trabalho, prestando assessoria no desenvolvimento das atividades diárias e no esclarecimento dos direitos, ressaltando a participação no âmbito da educação ambiental, um dos fatores que contribuiu para a implantação do Projeto na região do Mocotó.

A proposta de educação ambiental prioriza o trabalho de coleta de lixo, a manutenção e cuidados com os equipamentos utilizados durante as tarefas diárias, a orientação aos moradores em relação aos problemas causados pelo lixo, sendo mencionado o aparecimento de doenças, a proliferação de animais roedores, entre outros aspectos que comprometem conseqüentemente a qualidade de vida da população dessa região.

A participação da equipe de trabalho em relação aos cuidados com o meio ambiente, o manuseio com o lixo e as formas de dar o destino adequado ao mesmo, são informações

transmitidas ao grupo durante o treinamento. Porém, as palestras educativas realizadas com os grupos visam conscientizar os participantes em relação a preservação do meio ambiente.

No entanto, O Assistente Social organiza visitas com os grupos em instituições comprometidas com a temática ambiental, e oferecem aos participantes, palestras educativas visando transformá-los em sujeitos coletivos de ação, levando a comunidade formas de conscientizar a população no processo de educação ambiental, e, sobretudo, em atitudes que permitam equacionar a problemática do lixo na região do Mocotó.

A fim de possibilitar a formação de atores responsáveis no processo de mudanças de sua própria realidade local, de acordo com os objetivos propostos pelo profissional de Serviço Social busca intervir de modo, que possa levar aos participantes, informações relevantes sobre a mobilização comunitária, e formas de organização através de atividades como oficinas de reciclagem, palestras educativas, entre outras. Sendo assim:

Nas ações educativas, os Assistentes Sociais pretendem não apenas transmitir informações, esclarecer ou orientar as pessoas e os grupos a partir de posições pré-definidas, mas examinar essas posições, referendando a validade da produção coletiva de conhecimento, respeitando a autonomia dos participantes. (Arcoverde, 1985, p. 153)

As oficinas e palestras organizadas para os participantes, buscam incentivar a participação coletiva da comunidade, não só na questão do lixo que vem comprometendo o meio ambiente e a saúde da população do Mocotó, como também nas condições de vida de uma forma geral.

Um dos instrumentais destacados pelo Assistente Social no Projeto, são reuniões semanais com a equipe do HBB, para o planejamento das atividades referentes aos três eixos previstos no Programa: Educação Sanitária e Ambiental, Mobilização e Participação Comunitária e Geração de Trabalho e Renda.

As reuniões com os grupos de trabalho, são realizadas quinzenalmente e avaliadas pela equipe técnica do programa, especialmente quando o objetivo não é alcançado. Durante esses encontros, o Assistente Social traz discussões a fim de fazê-los discutir meios para equacionar a problemática do lixo na região, bem como, trazer formas de reivindicar junto aos órgãos competentes, a melhoria nos serviços de coleta na região do Mocotó.

O profissional utiliza durante sua intervenção, os seguintes instrumentos: entrevistas, visita domiciliar, relatórios mensais, mensurando as atividades realizadas e as dificuldades que surgiram durante o processo, bem como identifica os facilitadores que contribuíram para o desempenho das ações planejadas.

As articulações realizadas com outros órgãos: COMCAP, FLORAM, EPAGRI, entre outros, são registradas em diário de campo, situando o dia e local do contato para melhor conduzir o acompanhamento do mesmo, sendo considerado um instrumento muito importante com o objetivo da articulação e consolidação de parcerias.

A entrevista também é fundamental para o Assistente social, buscando o conhecimento da realidade dos moradores a partir da identificação do perfil sócioeconômico da população usuária, através de dados quantitativos e qualitativos. A apreensão dessa realidade é importante no processo de seleção dos candidatos que querem participar do Projeto, considerando a utilização de critérios para priorizar a inserção de moradores que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

O planejamento das atividades realizadas com os integrantes: reuniões, visitas em outras instituições, formas de conscientizar a população em relação ao lixo, palestras educativas, entre outras. Esse instrumento é fundamental, e acontece durante as reuniões semanais, viabilizando formas de participação dos moradores em oficinas eco – artesanais utilizando materiais recicláveis, objetivando a confecção de produtos que podem servir para o

uso doméstico, visando incentivar a formação de cooperativas, que poderão se tornar fonte de renda.

Além disso, o Assistente Social procura inserir os grupos em cursos de qualificação profissional através de parcerias com o SENAC e planeja formas de provocar discussões que motivem os participantes da equipe a buscar em idéias que possam contribuir no processo de multiplicadores para a construção de um ambiente mais saudável e de qualidade, incentivando novas alternativas de trabalho para a sustentabilidade pessoal de cada um.

A avaliação das atividades acontece durante as reuniões com a equipe do Programa HBB, e são discutidas a partir do monitoramento dos grupos de trabalho com os indicadores que apresentam: o número de pessoas envolvidas nas atividades proporcionadas, a frequência dos participantes através de uma lista de presença, não só durante os trabalhos de limpeza, mas também durante as visitas em instituições que buscam contribuir no processo de educação ambiental, e principalmente a presença dos participantes em reuniões que tratam de assuntos pertinentes à atuação do grupo na comunidade. Servindo como indicador, também nesse processo, o número de articulações e parcerias consolidadas, especialmente quando se estabelece o contato com outros setores, ou seja, outras instituições que permitem articular ações conjuntas.

A ata de reunião é construída a fim de favorecer o planejamento prévio de ações que podem ser argumentadas com os demais técnicos da equipe, organizando idéias e permitindo que a discussão não fuja do objetivo proposto em pauta.

O registro fotográfico possibilita verificar a atuação da equipe e registrar os serviços de limpeza realizados na comunidade, a frequência dos integrantes em eventos ligados à temática ambiental, bem como, a atuação dos integrantes em cursos profissionalizantes, oficinas artesanais, reuniões do grupo, entre outros.

Através de uma lista de presença, identifica-se a participação do grupo, salientando à equipe que a ausência progressiva nas tarefas de limpeza e nas demais atividades realizadas possibilita o desligamento do membro da equipe no projeto, sendo substituído por outro candidato que já possui sua ficha de inscrição em lista de espera. Porém, considera-se a justificativa da falta quando, em caso de doença ou de outros problemas, é inviabilizada a presença do integrante às atividades que lhe são conferidas.

A abordagem grupal acontece nas reuniões quando são discutidas formas de participação dos moradores e dos grupos para desenvolver atividades que possam estar de acordo com os objetivos do Projeto. A individual acontece quando é realizado algum tipo de orientação ou encaminhamento, podendo se realizar durante o monitoramento das atividades, no acompanhamento e orientação do grupo em relação a processos burocráticos necessários a efetivação do pagamento dos participantes, ou quando há necessidade de realizar atendimento domiciliar, tendo em vista a ausência do membro da equipe sem justificar o motivo do mesmo, ou quando o participante do Projeto precisa de uma intervenção emergencial.

São organizados pelo Assistente Social eventos e encontros em locais de preservação do meio ambiente como o Parque Ecológico da FLORAM, e da Lagoa do Perí, entre outras instituições responsáveis por essa temática, a fim de organizar trabalhos educativos na comunidade, para que as atividades proporcionadas a equipe não se restrinjam à execução dos serviços de limpeza, considerados inviáveis quando não há a junção com o trabalho educativo, que muitas vezes acaba sendo desvalorizado pela falta de conscientização dos moradores.

A partir de articulações, são proporcionadas às equipes de trabalho: oficinas de reciclagem, palestras educativas, reuniões do grupo junto a COMCAP, possibilitando a reivindicação dos integrantes na efetivação da qualidade dos serviços de coleta na comunidade, onde a equipe relata como se dá o processo de manipulação do lixo na região, a

precariedade da coleta no bairro, bem como a posição dos moradores frente a essa questão, com intenção de equacionar a problemática do lixo na região.

Contudo, objetivando consolidar o trabalho educativo na comunidade, o profissional de Serviço Social busca resgatar vínculos comunitários e sociais, bem como fortalecer os já existentes, integrando a equipe a outros grupos do bairro através de reuniões, oficinas entre outras atividades, como forma de ampliar os mecanismos de participação comunitária.

Nesse processo de unir os grupos comunitários, ou seja, de organizar atividades conjuntas com os demais Projetos desenvolvidos na comunidade, é de suma importância identificar dados históricos que marcam a cultura local que contribui para a compreensão da realidade podendo identificar forças locais, exemplificando-se o poder do narcotráfico que contribui para o significativo aumento dos índices de violência urbana na comunidade do Mocotó.

A intervenção do Assistente Social, ao estabelecer parcerias com as instituições que estabelece contato direto com a população do Mocotó, como Escolas, Posto de Saúde, Creches e Conselho Comunitário, busca socializar os interesses coletivos, e a interlocução com esses setores, identificando e salientando a contribuição que essas instituições podem dar aos moradores, além dos serviços já existentes.

O Conselho Comunitário, no seu papel de contribuir para a formação de um grupo de moradores que possa lutar pelos direitos sociais coletivos e de participação, disponibiliza o setor para a realização de trabalhos educativos, eventos comemorativos e reuniões com a equipe de trabalho que realiza também a limpeza deste espaço.

Entretanto, na relação que se estabelece entre as instituições de apoio a comunidade e os moradores da região, o Assistente Social entra como um mediador nas relações sociais, buscando formas de participação e organização comunitária, através de propostas que possam efetivar a conquista dos direitos individuais e coletivos. Trata-se de uma prática voltada para:

Um trabalho de participação coletiva no qual a população se constitui em sujeito do processo e o profissional se propõe a estabelecer uma aliança comprometida em apoiar às suas lutas e reivindicações, tentando contribuir para sua mobilização e seu avanço organizativo. (SILVA & SOUZA, 1984, p. 20)

Oportunizar e expandir as potencialidades e a experiência de cada membro da equipe entre os mesmos se estabelece durante as atividades de limpeza na comunidade, onde o grupo que está próximo de cumprir o período de três meses começa a trabalhar com os novos integrantes, a fim de compartilhar experiências de trabalho.

Entretanto, ao final de cada período, oportuniza-se um encontro das duas equipes numa reunião de confraternização, que possibilita discutir a situação dos equipamentos utilizados durante as tarefas, a solicitação de novos equipamentos, bem como avaliar junto à equipe de trabalho, a atuação do grupo na comunidade.



## **CAPÍTULO 3 - UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO PROJETO FRENTE S TEMPORÁRIAS DE TRABALHO CONFORME A ÓTICA DOS PARTICIPANTES**

### **3.1 O Desenvolvimento da Pesquisa**

A prática de estágio vivenciada no Projeto FTT instigou saber, dos participantes, a importância do Projeto para a comunidade do Mocotó, e, sobretudo, identificar através da ótica dos participantes suas expectativas, a fim de buscar, conforme o relato dos entrevistados, propostas que possam adequar os objetivos do Projeto aos anseios da população usuária.

*Método*  
Nessa perspectiva, busca-se realizar junto aos integrantes das frentes temporárias de trabalho uma pesquisa qualitativa, objetivando a coleta de dados por meio de entrevista semi-estruturada, através de um questionário composto por vinte perguntas abertas, oportunizando a espontaneidade de depoimentos, em situações vivenciadas no cotidiano dos trabalhadores. Entende-se por questionário,

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo, o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (Gil, 1999, pág 28)

A coleta de dados foi realizada em Agosto de 2004, e, através do método de entrevista, buscou-se verificar a visão dos participantes em relação ao Projeto, que puderam manifestar suas expectativas enquanto sujeitos no processo de educação ambiental, buscando despertar uma reflexão e, sobretudo, a conscientização dos moradores em relação à problemática do lixo na região do Mocotó. Essa técnica de entrevista, consiste, “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”. (GIL, 1999, p.121)

O objetivo da pesquisa, é identificar a contribuição do Projeto FTT na construção ou resgate da Cidadania dos moradores do Mocotó, bem como sua importância para a comunidade. Segundo Maria de Lourdes Manzini Covre,

[...] a Cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no universo. (Covre, 2000, p. 11)

As entrevistas foram realizadas junto a oito integrantes do Projeto FTT, concretizadas in loco através de gravação em fita cassete, sendo transcritas, organizadas e, posteriormente, analisadas conforme o objeto de pesquisa.

Esta pesquisa constituiu-se a fim de identificar a visão dos integrantes no que tange as ações do Projeto FTT, trazendo à tona expectativas da população usuária, possibilitando a construção de novas propostas, visando contribuir, para a melhoria das condições de vida da população do Mocotó.

A utilização da técnica de entrevista deu-se mediante a importância deste instrumento para o Serviço Social, considerando o método adequado ao estudo qualitativo, possibilitando uma versão dos processos pessoais de concepção da realidade, e um maior aprofundamento na complexidade deste trabalho, que estudos quantitativos não permitiriam.

Optou-se pela realização da pesquisa qualitativa porque, segundo Richardson (1989, p.39),

os estudos de natureza qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos, por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento do indivíduo.

A entrevista permite coletar, além de dados pertinentes aos questionamentos, outros aspectos norteadores à temática apresentada, podendo contribuir para uma análise objetiva do conteúdo pesquisado. A partir da entrevista semi-estruturada, permitiu-se desencadear um

diálogo, em que os participantes do Projeto sentiam-se à vontade, para relatar fatos e acontecimentos que ocorriam no seu dia-a-dia.

O processo de entrevista, permitiu a coleta de dados a partir de questões abertas e subjetivas, a fim de verificar o ponto de vista dos participantes, podendo analisar a percepção dos mesmos em determinado assunto, e aprofundar através de depoimentos, a abordagem de fatos e acontecimentos não previstos, mas que se mostram importantes, ao estabelecer dados que contribuíram para a compreensão do conteúdo e formação da análise.

Segundo Golpenberg (2001, p. 107), a entrevista é entendida:

Como um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um assunto determinado, a partir de uma conversa de natureza profissional. Sendo utilizado na investigação social para obtenção de dados ou ajudar no diagnóstico e tratamento de um problema social.

Para assegurar o anonimato e o sigilo dos participantes no estudo foi adotada a seguinte escala: Letra inicial do nome; gênero usa-se a letra F (feminino), e M (masculino) e a idade (o número correspondente a idade), respectivamente.

Exemplo: Maria tem vinte anos. (MF20).

Por fim, após ter as falas mais significativas e classificá-las de acordo com a escala, passaremos a descrever e analisar as mesmas.

### 3.2 Descrição e Análise dos dados

Antes de iniciar a análise, traçou-se um perfil dos entrevistados, sendo contemplados os seguintes requisitos: estado civil, composição familiar, idade e grau de instrução, dados coletados a partir das fichas de inscrição dos participantes.

Os dados presentes nas fichas de inscrição dos integrantes, foram coletados em Agosto de 2004, e contribuíram para a realização da Pesquisa, destacando a seguinte tabela abaixo:

Tabela 1 – Perfil social dos participantes

<b>Nome fictício</b>	<b>Idade/ grau de instrução</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Composição familiar</b>
João	30 anos – 8ª série	Separada	7 pessoas
Marcos	25 anos – 5ª série	Casada	2 pessoas
Maria	41 anos – 4ª série	Casada	4 pessoas
Carlos	38 anos – 8ª série	Separada	5 pessoas
José	36 anos – 4ª série	Casado	2 pessoas
Rita	24 anos – 2ª série	Casado	4 pessoas
Paulo	21 anos – 5ª série.	Separada	2 pessoas

Fonte: ficha de inscrição dos participantes realizada em Julho e Agosto de 2004.

Neste perfil, constatou-se que os candidatos apresentados não completaram o nível médio. Porém, apresentam em média uma faixa etária entre vinte e quarenta anos, sendo normalmente casados, e com filhos.

A análise dos dados se constituiu a partir da classificação das entrevistas, por meio da codificação das respostas aos questionamentos de cada membro entrevistado e seleção dos depoimentos que se revelaram mais condizentes com o objetivo da Pesquisa.

O objeto de Pesquisa, remete-se na importância do Projeto FTT na comunidade do Mocotó, a fim de identificar a partir dos usuários se este contribui para a formação ou resgate da Cidadania dos moradores da região. Salientando propostas que possam superar as expectativas da população usuária.

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se o estudo sobre os questionamentos apresentados, abordando as seguintes temáticas: a forma como ocorre a divulgação do Projeto na região do Mocotó; a percepção dos moradores em relação ao Projeto na comunidade; a colaboração e o envolvimento dos moradores no processo de trabalho das equipes; os aspectos sócio-econômicos dos participantes; a visão dos integrantes em relação a problemática do lixo na comunidade; e, por fim, a conscientização ambiental dos moradores da região do Mocotó.

A delimitação e escolha dos referidos assuntos abordados permitiram focalizar os aspectos considerados relevantes ao objeto da pesquisa. Nessa perspectiva, foram priorizadas

algumas questões que puderam salientar as falas mais significativas dos participantes que contribuíram na realização da pesquisa.

Posteriormente, realizou-se a análise das questões conforme a ótica dos participantes, seguindo o relato de cada entrevistado a fim de compreender os depoimentos apresentados.

Desta forma, a fim de verificar como se dá à mobilização dos moradores do Mocotó no processo de divulgação das inscrições para as frentes de trabalho na região, perguntamos também aos participantes sobre a forma que ficaram sabendo do Projeto, e obteve-se como resposta os depoimentos abaixo:

‘Através do meu tio Cosme (Agente de Saúde), que estava escalando as pessoas para trabalhar através do Projeto’. (PM36).

“Através de panfletos que foram espalhados pelo morro”. (FF21).

“Através das pessoas que haviam trabalhado antes, inclusive a minha mulher e o meu cunhado que inclusive ajudaram na divulgação do Projeto através de informativos pela comunidade”. (MM24).

“Fiquei sabendo através da minha nora que já tinha participado do Projeto. É também pela Cida (Coordenadora do Projeto) que esteve aqui no morro e disse que precisava de pessoas para trabalhar”. (MF42).

“Através dos cartazes que vocês (equipe técnica do programa HBB), colocaram aqui no Conselho Comunitário”. (EF38).

“Através do posto de saúde”. (AF29)

“Através da minha irmã que já tinha participado do Projeto e me avisou da inscrição”. (FF25).

“Através da divulgação dos panfletos que foram distribuídos no morro pelos integrantes da frente de trabalho”. (MF41).

Percebe-se, na fala dos entrevistados, que, mesmo havendo uma divulgação do Projeto na comunidade realizada pela equipe técnica do Programa HBB, as pessoas desempregadas que manifestam interesse em se inscrever buscam informações sobre o Projeto FTT através de membros da equipe de trabalho, especialmente dos parentes e amigos. Ao término do período de três meses, os participantes procuram incentivar seus familiares a realizar a inscrição,

especialmente o esposo (a), filhos (as), sobrinhos (as), entre outros parentescos, garantindo assim o sustento da família.

Ao indagar aos participantes, sobre o que levou a se inscrever no Projeto FTT, obtivemos os seguintes depoimentos abaixo:

“Como eu estava desempregado precisando de um trabalho, resolvi participar, e o que mais me levou a isso também foi querer fazer alguma coisa para não ficar parado, sem uma ocupação”. (PM36).

“Porque eu estou desempregada e tenho uma filha para criar, não estou tendo condições financeiras”. (FF21).

“Eu sabia que eles trabalhavam e que quando eles saíssem, tinha que ter uma nova equipe para trabalhar, e iria abrir novas vagas. E então me inscrevi, deu certo e agora estou aqui”. (MM24).

“Porque eu estava precisando e meu marido está parado, aí então tem que trabalhar, e como surgiu essa oportunidade tive que aproveitar”. (MF42).

“O desemprego”. (EF38).

“Porque eu estava desempregada”. (AF29).

“A necessidade, trabalhar né”. (FF25).

“Porque eu estava desempregada”. (MF41).

Pode-se constatar nos relatos acima, que o fator que contribuiu a considerável procura dos participantes no Projeto FTT é a falta de emprego e conseqüentemente a situação financeira desfavorável que apresenta uma significativa parcela de moradores do Mocotó. Ao se depararem com a ausência de emprego, os moradores acabam tendo como única alternativa, os trabalhos informais e a inclusão em Projetos de geração de trabalho e renda, tornando-se necessária diante do desemprego e da falta de qualificação profissional, que dificulta o acesso dessa população de baixa renda ao mercado de trabalho. Nesse contexto, pode-se dizer que:

[...] a questão do desemprego, da fragmentação e precarização do trabalho assume centralidade na realidade brasileira, colocando os programas de *transferência de renda* como uma alternativa de política pública, no âmbito de uma concepção mais ampliada de assistência social, garantidora de mínimos sociais. (Silva, 1998).

Entretanto, o baixo nível de instrução vem repercutindo consideravelmente na dificuldade dos participantes de se inserirem ao mercado de trabalho, tendo em vista, a significativa demanda de desempregados que acaba gerando o aumento da competitividade e exigindo pessoas mais qualificadas no mercado. Ao pleitear um emprego, essas pessoas precisam se adequar às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sendo marcadas pelas exigências do mercado capitalista, que vem sendo moldado à Era neoliberal.

Porém, percebe-se, na fala dos participantes, que, a falta de emprego e dificuldade financeira, são fatores relevantes aos participantes se inscreverem no Projeto FTT sendo uma necessidade diante do longo período sem emprego.

O trabalho tem significativa importância para a vida das pessoas que se sentem úteis na obrigação de prover a família. É condição primordial ao desempenho da cidadania do ser humano, principalmente na sociedade capitalista onde o poder de consumo garante o acesso aos bens e serviços públicos, e conseqüentemente a uma boa qualidade de vida.

Através do trabalho, as pessoas podem exercer o direito de consumo, e do exercício da cidadania e, sobretudo ter acesso aos bens e serviços públicos de saúde, moradia e educação que concerne a valorização do homem como um ser de mudanças no seu contexto social e econômico, e que muitas vezes não dispõe de direitos devido a ausência de emprego e renda.

Os valores obtidos hoje em nossa sociedade são determinados pelo poder de consumo, permeando a sociedade capitalista. Contudo, o Governo não garante as necessidades básicas de toda a população, sendo negado o direito de cidadania dessa demanda, devido à ausência do Estado em detrimento de suas obrigações, não dispondo de efetiva participação que visa garantir todos os direitos públicos à população de baixa renda.

Ao perguntar aos participantes se o ingresso neste Projeto serviu para incentivar a de emprego e de que maneira, obteve-se como respostas as seguintes considerações:

“Sim, esse trabalho me motivou a buscar outro emprego mesmo porque eu tenho acho que a 4ª ou 5ª série, nunca tive um diploma de jardineiro, posso chegar num lugar que precisa de jardineiro e eu já posso apresentar o diploma e ser qualificado para trabalhar, isso foi muito bom, mesmo como jardineiro, mas tenho um diploma”. (PM36)

“Sim, porque agora me sinto mais motivada”. (MM24)

“Sim, porque minha auto-estima se elevou novamente”. (MF42)

“Sim, porque fiquei muito tempo desempregada a auto-estima estava baixa”. (EF38)

“É também, mais serviu para ficar ocupada com alguma coisa, pelas dificuldades de serviço”. (AF29)

“Sim, para motivar claro bastante”. (FF25)

“Sim, agora eu comecei a estudar, não sei ler e nem escrever, estou fazendo alfabetização para ver se mais tarde consigo uma coisa melhor”. (MF41).

A falta de possibilidades e perspectivas futuras que possam melhorar as condições de vida dessa população usuária reflete profundamente a baixa auto-estima das pessoas que geralmente é aguçada pela falta de emprego. A oportunidade de se inserir no Projeto, segundo os entrevistados, ajuda a motivar os participantes a pleitear um emprego lá fora, haja vista que a falta de oportunidades, bem como o fato de estar desempregado e sem perspectivas de mudança, acaba gerando a falta de motivação para buscar uma qualificação profissional.

Ao perguntarmos aos membros da equipe que tipo de emprego ou ocupação remunerada realizava antes de entrar no Projeto, obtivemos como resposta os seguintes relatos:

“Meu último emprego era de caseiro como autônomo”. (PM36).

“Eu trabalhava de doméstica sem carteira assinada”. (FF21)

“Foi no estacionamento nunca trabalhei de carteira assinada. (MM24)

“Tive um trabalho no restaurante e depois tive um outro de doméstica sem carteira assinada, e já faz tempo que estou desempregada”. (MF42)

“Eu trabalhava de faxineira na Creche do Duduco, e era contratada não tinha carteira assinada, mas trabalhava todos os dias”. (EF38)

“Doméstica sem carteira assinada”. (AF29)



“Doméstica com carteira assinada”. (FF25)

“Já faz mais de um ano que estou desempregada, o meu último emprego foi de doméstica”. (MF41)

Nas frases acima, pudemos constatar que seus empregos anteriores são provenientes de biscates, e trabalhos informais não dispendo, conseqüentemente, de registro em carteira profissional. Essa oferta de emprego é o que o mercado oferece Às pessoas que não dispõem de qualificação profissional e apresentam baixo nível de instrução, já que as empresas estão terceirizando os serviços e contratando pessoas para executar trabalhos temporários, sem precisar prover vínculo empregatício, a fim de assegurar o barateamento da mão-de-obra assalariada.

Mesmo assim, diante da necessidade e falta de acesso a melhores condições de vida, essas pessoas se submetem aos trabalhos informais, e, quando não conseguem emprego, procuram se inserir em Projetos de geração de trabalho e renda, sendo uma alternativa diante do desemprego e, conseqüentemente, do aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Ao perguntarmos aos membros da equipe se na sua família as pessoas da casa possuem um outro tipo de renda, obteve-se como resposta os seguintes depoimentos:

“Quando comecei no Projeto, eu estava solteiro e morando com a minha mãe que é aposentada, minha irmã está parada e tem dois filhos. O meu cunhado trabalha no estacionamento de lavar carro, então só tinha seis pessoas, mais a renda da aposentadoria da minha mãe, e depois que eu casei e passei a morar com a minha esposa, daí passou a ter só a minha própria renda”. (PM36).

“Não, só a minha amiga que recebe pensão, e eu moro com ela, mas uma ajuda a outra nas despesas”. (FF21).

“Não, nenhuma, só eu que trabalho”. (MM24).

“Não, todas elas (as filhas) estão paradas dentro de casa, só o meu marido é que arruma uns biscatinhos de vez em quando, mas não tem nada fixo”. (MF42).

“O meu menino está no Projeto Agente Jovem e recebe uma bolsa de \$65.00 reais. E a menina recebe o auxílio bolsa escola”. (EF38).

“Não, é só eu e o meu filho (3 anos)”. (AF29).

“Só o meu marido que faz bico”. (FF25).

“Nenhuma”. (MF41).

Nessas falas, percebe-se que grande parte dos integrantes do Projeto FTT vem garantindo o sustento da família basicamente através de aposentadorias e de projetos sociais que atendem as demandas empobrecidas da capital, tais como: o Programa bolsa escola, o Projeto Agente Jovem, o PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil), o auxílio gás, entre outros benefícios oferecidos à população de baixa renda. Porém, esses benefícios são estabelecidos através de critérios de elegibilidade, sendo que é preciso obter uma renda mínima e se enquadrar em uma série de exigências necessárias à concessão dos benefícios. Os biscates provenientes dos trabalhos sem registro em carteira profissional não permitem garantias futuras, e aparecem eventualmente.

Com a ausência de emprego, os participantes procuram os projetos sociais a fim de garantir suas necessidades básicas que, muitas vezes, são única fonte de renda da família. Porém, os projetos de transferência de renda que atendem às famílias empobrecidas determinam um período de permanência dos usuários, decorrente da focalização dessas políticas, devido ao significativo aumento de pessoas que precisam ser atendidas nesses programas.

A fim de saber a percepção dos moradores em relação ao Projeto na comunidade do Mocotó, indagou-se aos participantes, se os moradores colaboram e respeitam o trabalho da equipe, e em caso contrário como reagem. Ao realizar esta pergunta, obteve-se como resposta as seguintes considerações:

“Em muitos locais do bairro, até que muitos moradores colaboram, mas muita gente não quer ou não tem tempo, ou trabalha e deixa tudo ali a Deus dará, até vir o pessoal do projeto e iniciar o trabalho. As pessoas não dão continuidade nos trabalhos que nós iniciamos, mesmo sendo em frente a casa deles, não houve a conservação do ambiente para que o local permanecesse limpo, mas muitas pessoas conservavam sim os locais onde a gente limpou, tirou até o lixo dos locais que inclusive ia até ratos. Muitas pessoas zelaram pelo nosso trabalho e muitos não. A minha reação era respeitar o que eles passaram para mim lá no Parque da FLORAM onde foi realizado o

treinamento, eles deram palestras e ensinaram muito através de vídeo, e também para passarmos esses ensinamentos aos moradores da comunidade. E não cobrar das pessoas se hoje a gente limpou e no outro dia estiver sujo”. (PM36).

“Alguns sim, outros não, a gente limpou ali perto da casa da vizinha, já está tudo sujo de novo, quem vê pensa que a gente não limpou nada. Quando eu vejo que alguém não colabora dá uma indignação e eu falo: pô a gente já limpou aí, vão parar de sujar, vamos coopera com a nossa limpeza”. (FF21).

“Alguns respeitam, outros não. Eu converso com eles (moradores) e quando vejo alguém sujando o local onde nós acabamos de limpar eu digo: não faz isso, vamos cuidar do lugar onde a gente mora. Mas mesmo assim não adianta, quando vai ver, já está tudo sujo de novo”. (MM24).

“Olha, a gente limpa o morro, os locais que tem que limpar, mas se bobear eles querem que limpem até o quintal deles também. Eles até respeitam o nosso trabalho, mas a gente limpa, daqui uma semana está tudo sujo de novo, aí fica por isso mesmo”. (MF42).

“Muitos não, mas quando isso ocorre procuro reagir normal, porque se eles jogarem o lixo onde está limpo, eu volto faço o serviço de novo e pronto, esse é o meu trabalho. Não vou brigar por causa disso”. (EF38).

“Alguns, quando isso ocorre procuro conscientizar o vizinho que deve respeitar o nosso serviço”. (AF29).

“Não, é horrível tu estás limpando e quando tu olhas para trás já tem gente jogando sujeira. A gente tenta falar mas não tem dado resultado”. (FF25).

“Sim, mas quando ocorre ao contrário procuro agir normalmente somente conversando”. (MF41).

Nessas falas, percebe-se que os integrantes da equipe de trabalho estão conscientes que significativa parcela de moradores não valorizam os serviços de limpeza na comunidade, embora tenham os que incentivam e sentem satisfação com o trabalho realizado. Porém, o fato de estarem envolvidos no processo que busca conscientizar os moradores em relação à problemática do lixo na região, criando oportunidades que buscam gerar um ambiente mais saudável, faz com que os participantes reconheçam sua importância no processo educativo a respeito do meio ambiente. Entende-se por educação ambiental,

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. ( art 1º da lei 9.795, 1999)

Percebe-se que a equipe de trabalho está cuidando do seu espaço de moradia, sendo que a tentativa de equacionar o problema do lixo acaba se tornando um desafio aos participantes, que revelam estar conscientes que o resultado é lento, e acima de tudo é preciso realizar, além dos serviços de limpeza, ações mais expansivas e sistemáticas para facilitar a conscientização dessas pessoas, que sabem da gravidade do fato, mas não se sentem responsáveis na resolução do problema. Isso é demonstrado através da fala dos participantes quando relatam que o acúmulo de lixo em áreas verdes decorre principalmente da falta de regularidade nos serviços de coleta da COMCAP.

Esse fato leva a crer que o processo de ocupação, especialmente o histórico do lixo em Florianópolis, bem como as precárias condições de moradia, desprovidas de infra-estrutura urbana e saneamento básico, são fatores que refletem consideravelmente na atitude dos moradores em relação ao lixo, e, conseqüentemente, nos problemas sócio-ambientais da comunidade.

Os problemas ambientais manifestam uma estreita ligação com a realidade social que perpassa a população de baixa renda tendo em vista o crescimento desordenado das grandes cidades, gerando conseqüentemente a ocupação acelerada nos morros e em áreas de preservação, onde podemos compreender que a dificuldade de conscientizar a população nos problemas sócio-ambientais da comunidade decorre principalmente do processo de ocupação. Nessa perspectiva,

[...] o desenvolvimento caótico é uma das faces do crescimento desordenado que vem caracterizando a ocupação da ilha de Santa Catarina. Coloca-se como dicotomia uma ocupação irregular e planejada, mas com fortes impactos no espaço e meio ambiente. (CECCA, 1997, p. 119)

Entretanto, a problemática do lixo na região do Mocotó envolve questões estruturais caracterizadas pela realidade sócioeconômica do país, movidas pelo crescimento populacional urbano, e da falta de acesso à compra de lotes e de regularização da moradia, favorecendo a ocupação em áreas de encostas desprovidas de segurança, refletindo nos problemas sócio-

ambientais e culturais da configuração atual brasileira, especialmente nas periferias das grandes cidades, que revelam através das estatísticas um percentual significativo no aumento da favelização nos grandes centros urbanos.

Ao perguntar aos participantes como se sentem limpando as ruas da comunidade e o que os moradores conversam sobre o Projeto no dia-a-dia, tivemos como respostas os seguintes depoimentos:

“A maioria das vezes que eu acordei de manhã para ir trabalhar e chegava em frente à casa das pessoas, os moradores incentivavam e bastante, muitas até davam água para nós, ficavam ali próximo sorriam com a gente e perguntavam: para quem vocês trabalham? A gente explicava que nós fazíamos parte de uma frente de trabalho temporário no morro para fazer essa limpeza no bairro. Os moradores faziam muito esse tipo de pergunta. Mas eles, sorriam com nós, e ficavam contentes com o trabalho que a gente faz onde os moradores passam. A gente só encontrou coisas boas, as pessoas incentivando e achando muito bom, perguntam qual o órgão que está fazendo isso pelo bairro, e a gente explicava que era o órgão da Prefeitura com a FLORAM e o Projeto Florir Floripa, e eles falavam que era uma coisa muito boa que estava sendo feita na comunidade e nós concordamos. É assim, os moradores nos recebiam sempre sorrindo e muitos davam um cafezinho ou uma água para nós e concordamos com o trabalho que a gente estava fazendo, isso para eles é muito bom”. (PM36).

“Me sinto bem, pelo menos estou fazendo algo pela comunidade”. (FF21).

“Para mim é bom porque estou me ajudando e ajudando os outros também, e eles falam que gostam do serviço”. (MM24).

“Me sinto outra, me sinto bem”. (MF42).

“Me sinto bem, nunca trabalhamos de mau humor, sempre brincando e rindo. A turma (moradores) diz assim: Vocês vão limpar, amanhã o pessoal vai sujar tudo de novo, é o que eles dizem para nós. Porque tem gente que é assim, não é consciente”. (EF38).

“Os moradores acham bom esse Projeto e também é bom para nós fazer com que eles se conscientizem com a limpeza. Os moradores não costumam conversar, só acham bom pelo serviço, pela limpeza”. (AF29).

“Eu gosto, os moradores dizem que querem trabalhar também, querem saber onde vai para se inscrever, e com quem falar”. (FF25)

“Me sinto bem, todo mundo passa e elogia a gente, eles falam: essa equipe trabalha mesmo, a outra não trabalhava só enrolava. Os moradores nos elogiam e dizem assim: essa turma é boa, essa pega mesmo no serviço. A gente capina, limpa, recolhe todo o lixo, a gente trabalha mesmo, a outra equipe já não era assim”. (MF41).

O fato de contribuir na limpeza da comunidade é um fator bastante relevante aos integrantes entrevistados que revelam se sentir bem ao ver a alteração estética da região e, sobretudo, quando há satisfação dos moradores. Nessa perspectiva, os participantes do Projeto reconhecem a importância do seu trabalho na comunidade, haja vista que através da satisfação dos moradores em relação à atuação dos participantes, pode se dar o processo de conscientização educativo ambiental dessa população.

Ao indagarmos aos membros da equipe sobre o que mudou em suas vidas depois de sua inserção no Projeto e que benefícios lhes trouxe, obtivemos os seguintes depoimentos:

“Primeiro que eu estava precisando dialogar, conhecer pessoas melhores como através desse projeto eu conheci um pessoal da Universidade também que veio em casa para pesquisar, conhecer a comunidade, tirar fotos e fizeram estágio através desse projeto. Eu conheci as meninas da Universidade que a Dona Rosangela (Assistente Social do Projeto) trouxe aqui, e elas me passaram coisas boas, outros pensamentos, conheci também a Silvana que junto com a dona Rosangela me passaram coisas melhores que a gente aprende a cada dia no morro, com a gente parado também, isso para mim foi uma coisa muito boa, aprendi muitas coisas para o pensamento do ser humano. Trouxe também novas amizades, claro que com as palestras que tive a oportunidade de conhecer pessoas boas, e para mim penso que foi muito bom e mudou muito”. (PM36).

“O Projeto me trouxe muitos benefícios, no treinamento aprendi muitas coisas, bons ensinamentos, que a gente deve estar sempre limpando para não ter ratos, baratas, tem a Leptospirose que é uma doença transmitida pelo rato, tem várias doenças que podem ser transmitidas através do lixo, e a gente que tem criança, tem que estar sempre limpando”. (FF21).

“Aprendi muito”. (MM24).

“Trouxe muitas coisas boas, eu estava em casa desempregada, meu marido só faz biscates, minhas filhas estão paradas, então para mim foi ótimo esses três meses que deram para mim trabalhar, já é uma grande coisa. Eu acho que também deve dar oportunidade para aqueles que precisam e querem trabalhar. Três meses já é o suficiente, está bom para nós, depois a gente arruma um outro serviço. Este foi um serviço bom que a Prefeitura fez para a gente trabalhar, trazendo a limpeza da comunidade, porque não é só os ratos, é um monte de coisas que tem no meio do lixo, podendo trazer várias doenças”. (MF42).

“Me trouxe auto-estima, porque estava baixa, e me trouxe possibilidades de crescer”. (EF38).

“Trouxe um serviço, uma ocupação, é muito bom”. (AF29).

“Trouxe vários, aprendi bastante coisa no treinamento e estou tentando colocar em prática aqui na comunidade”. (FF25).

“Para mim foi bom porque eu estava passando fome, precisando de serviço e não aparecia, pena que é pouco só três meses”. (MF41).

Nas frases acima, os participantes relatam que o aprendizado adquirido durante o treinamento da equipe contribuiu para um breve conhecimento acerca da temática ambiental, trazendo uma gama de informações bastante relevantes, relacionadas aos serviços de limpeza, salientando a segurança no uso dos equipamentos, os cuidados ao manusear o lixo, bem como a discussão de hábitos e atitudes que fazem parte do dia-a-dia das pessoas, e que podem comprometer a saúde e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos moradores da região, destacando a importância de uma boa alimentação, os cuidados pessoais e com os animais domésticos, entre outras questões que fazem parte do cotidiano dessa população.

Percebe-se, na fala dos participantes, que as atividades oferecidas pelo Projeto relacionadas com o meio ambiente estabelecem contato com outros canais de participação, possibilitando conhecer a realidade de outras comunidades, na forma de organização e mobilização dos participantes de outras regiões onde se insere o Projeto FTT.

A importância do aprendizado obtido durante o treinamento trouxe aos participantes a perspectiva de levar à comunidade informações inerentes ao ato de transformar o meio ambiente num espaço mais saudável à moradia, tendo em vista a participação coletiva das equipes de trabalho no que tange à luta pela conscientização dos moradores que visa equacionar a problemática do lixo, considerando relevante a articulação do Projeto FTT com as instituições comprometidas no processo de educação ambiental.

Os Projetos Sociais, que atendem a população de baixa renda, bem como o Projeto FTT, ao determinar o período de permanência no programa, devido à necessidade de atender novas demandas, realiza o desligamento dos participantes que encerram o seu período de

atuação. Porém, após o desligamento, ao retornar à condição de desempregados, estes não dispõem de um atendimento que possa garantir a sua sobrevivência.

Percebe-se que o término do período de três meses significa para os participantes a retomada de mais uma luta em busca de emprego. Porém, a ausência do mesmo leva os participantes a se inscrever novamente, embora seja difícil a recolocação do mesmo integrante em outra equipe, a menos que este não tenha participado anteriormente durante três meses. Quando não conseguem se inscrever, normalmente indicam seus familiares a pleitear as vagas oferecidas para a formação da nova equipe.

A solução que muitos moradores encontram no manejo com o lixo vem provocando danos ao meio ambiente, seja através de queimadas, depósito de lixo em áreas verdes, bem como em cursos d'água.

Ao perguntar aos participantes se acham que o problema do lixo na comunidade tem solução, e qual a sugestão que apresentam, obteve-se como respostas os seguintes depoimentos:

“Acho que sim, tem solução, se disponibilizar mais lixeiras no morro, e mais gente da COMCAP para recolher o lixo das caixas coletoras e dar o destino adequado ao mesmo, ajudaria a solucionar o problema”. (PM36).

“Tem solução mas o pessoal não coopera, esses terrenos baldios tem que ter pelo menos um barraquinho com gente morando, e aí não teria mais lugar para jogar lixo, porque os terrenos baldios viram depósitos de lixo, e com gente morando as pessoas iriam ter que jogar o lixo na caixas coletoras da COMCAP”. (FF21).

“Acho que sim, se tivesse mais uma equipe trabalhando junto com a gente e falando com as pessoas, com certeza os moradores iriam nos escutar, e acho que isso adiantava a solucionar o problema do lixo”. (MM24).

“Tem solução sim, e minha sugestão é conscientizar mais a comunidade, chamar os moradores para assistir aqueles vídeos que nós assistimos no treinamento sobre os problemas que o lixo traz, palestras com as pessoas de instituições que trabalham com a temática ambiental. Aí sim a comunidade vai ficar consciente de que o lixo pode trazer: doenças, bichos e outros problemas”. (EF38).

“A solução não está no lixo, está nas pessoas. As pessoas que devem se conscientizar porque elas mesmas que colocam o lixo e alimentam os ratos.



Sugiro que deve conversar com as pessoas, explicar o que o lixo provoca, o que causa e prejudica a saúde”. (AF29).

“Eu acho que se viesse alguém falar com eles de repente, porque com a gente não tem muito resultado, mas se eu tivesse alguém diferente de vez em quando falar com a comunidade seria legal. Alguém tipo o seu Pitz (Educador Ambiental do Projeto Florir Floripa), ontem eu estava pensando nisso, seria legal se ele viesse aí de vez em quando para falar da horta comunitária, e desse umas idéias”. (FF25).

“Tem, acho que se os garis passassem mais vezes, e pegassem o lixo lá de cima do morro, se melhorassem os serviços de coleta, aí as pessoas pensariam assim, vou deixar o lixo aqui porque o lixeiro vai passar para pegar. A coleta da COMCAP não funciona como deveria. Porque não existe coleta na parte de cima do morro, onde os moradores acabam jogando lixo nos terrenos baldios”. (MF41).

Em relação a esta temática, pode-se verificar, na fala dos participantes, que o acúmulo de lixo em áreas desapropriadas da região do Mocotó é considerado um problema bastante grave para a população. Além disso, os serviços de coleta da COMCAP não garantem a satisfação dos moradores, que consideram ineficientes os serviços realizados atualmente por esta instituição. Na visão dos participantes, esta companhia não tem realizado seus serviços regularmente, não dispendo, conseqüentemente, da qualidade do mesmo. Esse fato leva a crer que as dificuldades de acesso à comunidade em decorrência da ausência de urbanização, caracterizando áreas com becos irregulares, não pavimentados, e impróprias à habitação, bem como o poder do narcotráfico na região, são fatores que contribuem à falta de regularização dos serviços de coleta da COMCAP no Mocotó.

Na fala dos participantes, percebe-se que são conscientes de que o problema do lixo é sério, e vem sendo armazenado de forma irregular, comprometendo a saúde da população, gerando a proliferação de animais roedores e, conseqüentemente, o aparecimento de doenças.

Assim, os entrevistados relatam que os moradores precisam de um trabalho sistemático de educação ambiental visando a conscientização. Porém, os mesmos não se sentem preparados para realizar um trabalho que possa garantir de fato a efetiva participação

dos moradores, sem a caracterização de ações pontuais, pois requer maior capacitação dos integrantes para atuar neste processo.

Contudo, os integrantes sabem que a realização dos serviços de limpeza, sem a junção com o trabalho educativo ambiental, é ineficaz diante da realidade apresentada. Sendo assim, é relevante a realização de um trabalho educativo sistemático, pois esta temática envolve questões estruturais e culturais vividas hoje na história da ocupação da cidade, tendo em vista ações apenas pontuais do governo e preocupação só recentemente dos órgãos públicos em relação a esta questão.

Através dos relatos, percebe-se que a contribuição para o incentivo a prática de preservação do meio ambiente, tem significativa importância aos participantes que revelam a necessidade da conscientização dos moradores do Mocotó em relação a problemática do lixo na região.

Ao final da análise, constatou-se que a falta de qualificação profissional e grau de instrução, são fatores que contribuem significativamente para a dificuldade de inserção dos participantes ao mercado de trabalho. Porém, o agravamento desta questão, ocorreu devido às profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que surgiram devido às exigências do mercado capitalista, para se adequar ao sistema neoliberal.

Este sistema, vem contribuindo para a reestruturação do trabalho, tendo em vista a terceirização dos serviços nas empresas, os empregos informais desprovidos de registro em carteira profissional e, conseqüentemente, dos direitos previstos em lei.

A criação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, tem sido focalizadas e compensatórias, atuando como forma de equacionar os problemas causados pelo desemprego, pobreza e exclusão social. E ainda, pela ausência das funções do Estado, para conceder os serviços públicos a população de baixa renda.

Nesse contexto, o fator relevante para a significativa procura dos participantes no Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, é a necessidade de prover o sustento da família. Porém, como política que atua com medidas pontuais, não preventivas, e de caráter emergencial, não dispõe do direito ao trabalho formal e, conseqüentemente, de perspectivas futuras, que possa assegurar de fato, todos os direitos sociais dessa população.

No entanto, conclui-se que tal política, busca apenas amenizar as questões sociais relacionadas ao desemprego e a miséria das famílias, que não tem acesso aos serviços básicos, quem dirá, de todos os direitos que o cidadão deve exercer a construção plena da Cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste trabalho, atingiu-se o objetivo de descrever e analisar a percepção dos participantes do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, que possibilitou verificar suas maiores expectativas em relação à problemática do lixo na região do Mocotó, e seus maiores anseios no que concerne à falta de perspectivas, tendo em vista a ausência de oportunidades no mercado de trabalho.

Obteve-se a compreensão de que há uma estreita relação entre a preservação do habitat natural e das condições de moradia, sendo que a população do Mocotó, decorrente do processo desordenado de ocupação, não dispõe de infra-estrutura urbana e saneamento básico, obtendo características rudimentares pelas dificuldades de acesso, tendo em vista a ocorrência de residências em locais íngremes, situadas em áreas de encostas e impróprias para a habitação.

Esse processo de ocupação provém das condições de pobreza, que vivem as famílias de baixa renda, sendo que a permissão para invadir áreas desapropriadas, não garante desde então, condições e direitos aos bens e serviços públicos.

A ausência de emprego, marcada pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho, é movida pelo desmonte do Estado em detrimento de suas obrigações. O mesmo não prevê a efetiva garantia das necessidades básicas de toda a população subalternizada. Nesse sentido, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho trazem a privatização das empresas, a precariedade dos serviços, e a ocorrência de maior oferta dos empregos informais sem dispor do registro em carteira profissional, e, conseqüentemente, dos direitos previstos em lei, contribuindo, para tanto, na ausência de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Esses fatores contribuíram consideravelmente para a crescente demanda usuária do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho.

Nesse aspecto, a baixa qualificação profissional e do nível de instrução contribui para o aumento da dificuldade de inserção dos participantes ao mercado de trabalho, tendo como única alternativa a inserção em programas de geração de trabalho e renda, necessários diante do aumento significativo de pessoas desempregadas.

Considerando o que foi relatado no presente trabalho, pudemos constatar que a maior parte das famílias brasileiras encontram-se, ainda em grande medida, fragilizadas. Outrossim, as políticas sociais vigentes não estão atendendo as reais necessidades das famílias.

As políticas de geração de trabalho e renda no Brasil se constituíram historicamente como políticas setoriais, fragmentadas e focalizadas, formuladas quase sempre nos gabinetes governamentais, muito longe da realidade social apresentada, desconsiderando as reais necessidades da população, bem como suas diferenças regionais e culturais vigentes na sociedade atual.

Pode-se, constatar através da pesquisa, a importância do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na região do Mocotó, tendo em vista a contribuição no incentivo aos moradores para exercer a prática de preservação do meio ambiente. Porém, não contribui para a construção do exercício de cidadania dos participantes, por ser uma política focalizada, movida de ações pontuais e emergenciais, que vem compensar a situação de pobreza, falta de emprego, e exclusão social das classes subalternas.

A falta de políticas que possam intervir de forma preventiva contribui para o agravamento das questões sociais, tendo em vista, a pontualidade das ações que vêm sendo desenvolvidas a curto prazo, contribuindo para o aumento gradativo das demandas, obtendo prioridade no atendimento dos casos emergenciais.

Por outro lado, o processo desordenado de ocupação em áreas de preservação na região do Mocotó, aliado à falta de conscientização dos moradores no manejo com o lixo, são fatores que contribuem para a degradação do meio ambiente. Nesta perspectiva, os

participantes do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho reconhecem sua importância na região, objetivando a participação coletiva da comunidade.

As ações do governo contra a degradação do meio ambiente, e, sobretudo, a problemática do lixo, especialmente em regiões periféricas da cidade, têm sido pontuais e emergenciais, sendo tratadas de forma isolada, por desconsiderar a significativa relação com os problemas estruturais decorrentes do processo de ocupação, que perpassa a realidade sócioeconômica do país, especialmente nas grandes cidades.

O meio ambiente equilibrado é um direito de todos. No entanto, a conquista da moradia, como já foi citado anteriormente, tem admitido invasões em áreas desapropriadas, em diversas regiões pela cidade. Porém, o acesso à moradia, por meio de ocupações desordenadas, não garante a infra-estrutura urbana, o saneamento básico, bem como o acesso aos bens e serviços públicos, são primordiais ao exercício de cidadania do ser humano.

Para assegurar o direito e acesso a esses serviços, é necessário, à criação e a articulação de políticas públicas de emprego, que possam garantir as necessidades básicas das famílias de baixa renda, tendo em vista o caráter preventivo e de inclusão.

Este trabalho, concluiu que a população usuária do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, tem suas maiores expectativas relacionadas ao desemprego, e, sobretudo na garantia de suas necessidades básicas. No entanto, a inclusão no Projeto por um período de três meses, não garante o exercício de Cidadania dessas pessoas, que precisam ter seus direitos assegurados, haja vista que após o desligamento, os participantes possam ter acesso a meios próprios de sobrevivência.

Através da análise das entrevistas, onde os participantes puderam salientar suas maiores expectativas relacionadas ao desemprego, tornou-se relevante apresentar a seguir, algumas propostas para o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, a fim de contribuir para a melhoria das condições de vida da população do Mocotó.

## PROPOSTAS

- ✓ Promover aos integrantes maior capacitação, a fim de prepará-los para a organização de atividades comunitárias, que possam incentivar a participação coletiva dos moradores visando a Educação Ambiental;
  
- ✓ Articular outras políticas de geração trabalho e renda, que possam oferecer cursos profissionalizantes, cadastrando os participantes em agências de emprego objetivando a inserção dos mesmos ao mercado de trabalho;
  
- ✓ Estabelecer através de parcerias, capacitações que incentivem a formação de cooperativas objetivando a garantia da auto-gestão dos participantes.
  
- ✓ Articular cursos de capacitação profissional e de alfabetização.

## REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 CATARINENSE. **O Desenvolvimento Sustentável em Santa Catarina;** Documento Preliminar – Outubro de 2002.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e desigualdade social na reestruturação capitalista: um balanço da “década neoliberal” no Brasil. **In:** Revista de Sociologia Política. Curitiba, v.7, n. 19, p.7-38, nov. 2002.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O coletivo ilusório:** uma reflexão sobre o conceito de comunidade. Recife: UFEPE, 1985.
- BÓGUS, Lúcia; PAULINO, Ana Iara. **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais.** São Paulo. EDUC, 1997.
- BRASIL; MIRANDA, Sandra Julia (coord) São Paulo: Rideel, 2001.
- CECCA. **Centro de Estudos Cultura e Cidadania.** Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1997.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA; Continuada à distância. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e Política de Renda Mínima.** São Paulo: Cortez, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLPENBERG, Miriam. **A Arte de Pesquisar:** como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- IAMAMOTO. Marilda Villela. Reflexões sobre Atribuições Privativas do(a) Assistente Social. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742 de 07/12/93. **In:** Coletâneas de Leis. 2. ed. CRESS 12<sup>a</sup>. Região: Santa Catarina, 2001.
- NAPOLEÃO, Maria Aparecida. **Projeto Bom Abrigo Mocotó.** Relatório de desempenho trimestral, 2003.
- \_\_\_\_\_ **Projeto Integrado Bom Abrigo Mocotó.** v. 1, 2002.



NETTO, J.P. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **In:** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.50, abril, 1996.

OLVEIRA, Maria Heloísa José de. **Assistência Social:** do discurso do Estado à prática do Serviço Social. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1996.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Política Habitacional de Florianópolis**, 2002

PROGRAMA HABITAR BRASIL BID. **Pesquisa Censitária Diagonal Urbana.** Florianópolis, 2001.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RICO, Elizabeth de Melo. O Serviço Social como instrumento da política social: uma redefinição dos objetivos profissionais. **In:** Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v.1 p. 101, 1987.

SANTA CATARINA. Prefeitura Municipal de São José. Programa Habitar Brasil. Projeto Morar Bem. Projeto de Educação Sanitária e Ambiental. Módulo de Formação e Capacitação de Multiplicadores. 2002

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **In:** Revista Katálises. Florianópolis, v. 5, n. 2, jul. 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A Política Brasileira no Século XXI:** redirecionamento rumo aos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfose do Desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

YASBEC, Maria Carmelita. **Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1994.

## **Apêndice**

## Roteiro de Pesquisa

Questionário: Participantes do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho.

- 1 – Como ficou sabendo do Projeto?
- 2 – O que levou você a se inscrever?
- 3 – O que conhecia a respeito do Projeto antes de fazer parte dele?
- 4 – Qual era a sua ocupação antes de entrar no Projeto? O que deixou de fazer para assumir este trabalho?
- 5 – Qual foi o seu último emprego ou ocupação remunerada (bico) antes de entrar no Projeto?
- 6 – Como você está se sentindo como participante deste Projeto? Você acha que o seu trabalho é importante para a comunidade? Porquê?
- 7 – Como você se sente limpando às ruas da comunidade? Que tipo de conversa os moradores tem com você sobre o Projeto no seu dia-a-dia?
- 8 – Os moradores colaboram e respeitam o seu trabalho? Em caso contrário como você reage?
- 9 – Você já viu algum morador jogando lixo no local que você acabou de limpar? Qual a sua reação?
- 10 – O que mudou em sua vida depois que entrou no Projeto? Que tipo de benefício o Projeto lhe trouxe?
- 11 – Você está satisfeito com o salário que recebe? O que você consegue pagar com esse dinheiro?
- 12 – Como é a forma de pagamento neste Projeto? Você se sente em condições de receber sozinho? O que sugere para melhorar.
- 13 – Na sua família as pessoas de sua casa possuem um outro tipo de renda? Qual?
- 14 – O que você acha da duração (período de três meses) das equipes de trabalho no Projeto?
- 15 – O que você entende por Educação Ambiental?
- 16 – Como você vê a problemática do lixo na comunidade do Mocotó?
- 17 – Você acha que o problema do lixo na comunidade tem solução? Qual a sugestão que você apresenta?
- 18 – O que achou do treinamento?
  - a) O que lembra que foi dito lá?

b) O que mais marcou?

c) O que poderia ser melhorado no treinamento?

19 – O que entende por Educação Ambiental?

20 – Você acha que está cumprindo com o seu papel de Agente Ambiental? Por que:

21 – Seu ingresso neste Projeto serviu para motivá-lo a procurar outro emprego? De que maneira?

## **ANEXOS**

# **ANEXO A**

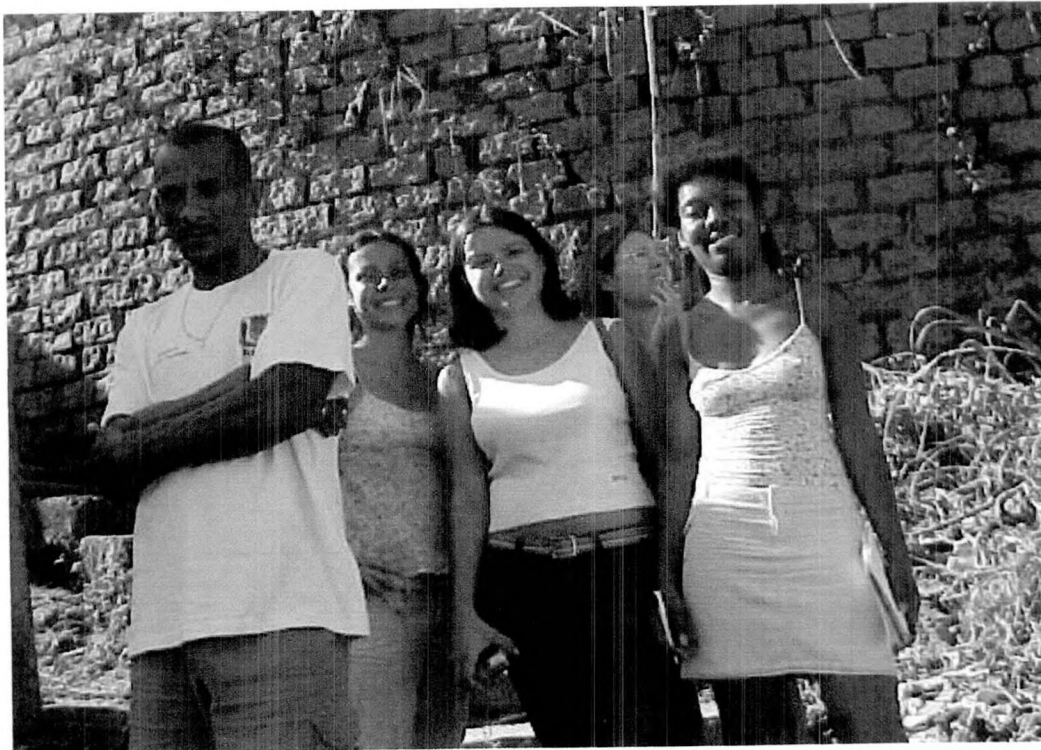
## **Fotos**



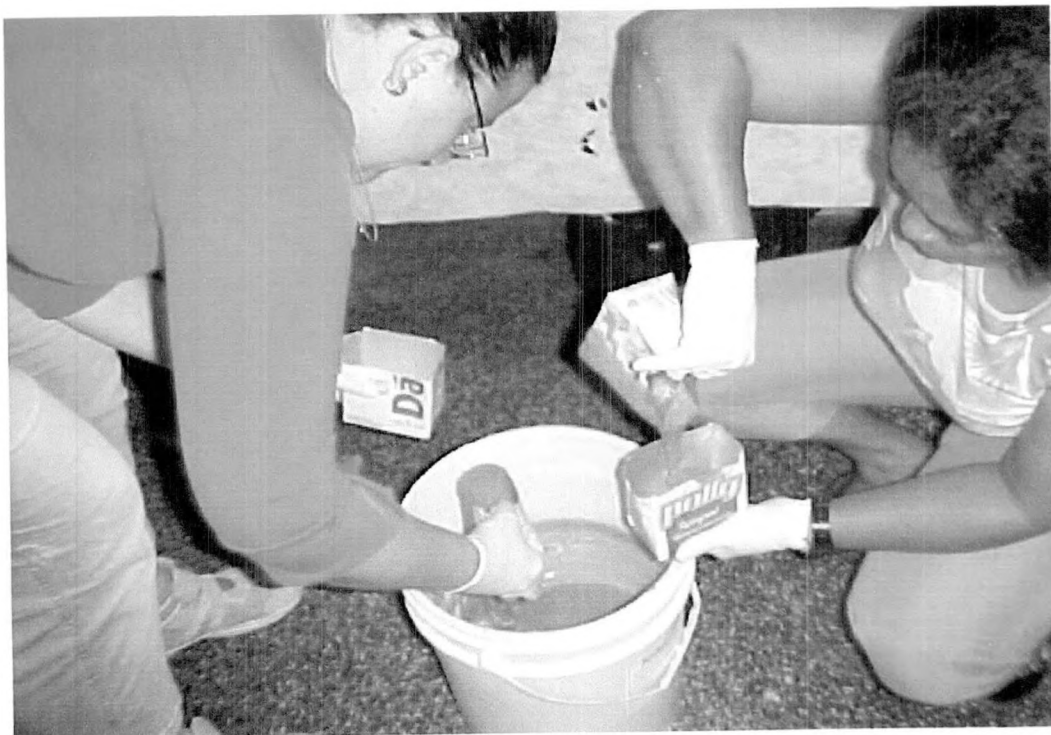
Reunião de Confraternização da equipe realizada no dia: 31/08/2004



Oficina de Reciclagem realizada no dia: 14/07/2004.

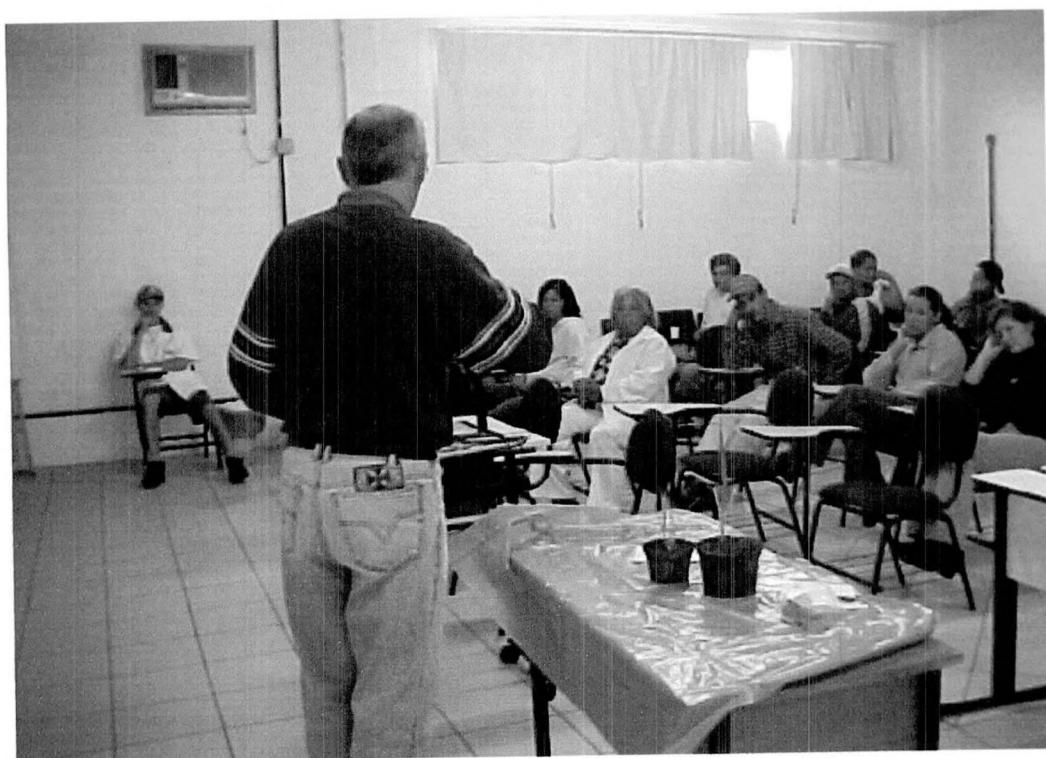


Visita na Comunidade para registrar os locais de limpeza realizada no dia: 27/09/2004.



Oficina de Sabão realizada no dia: 19/10/2004.





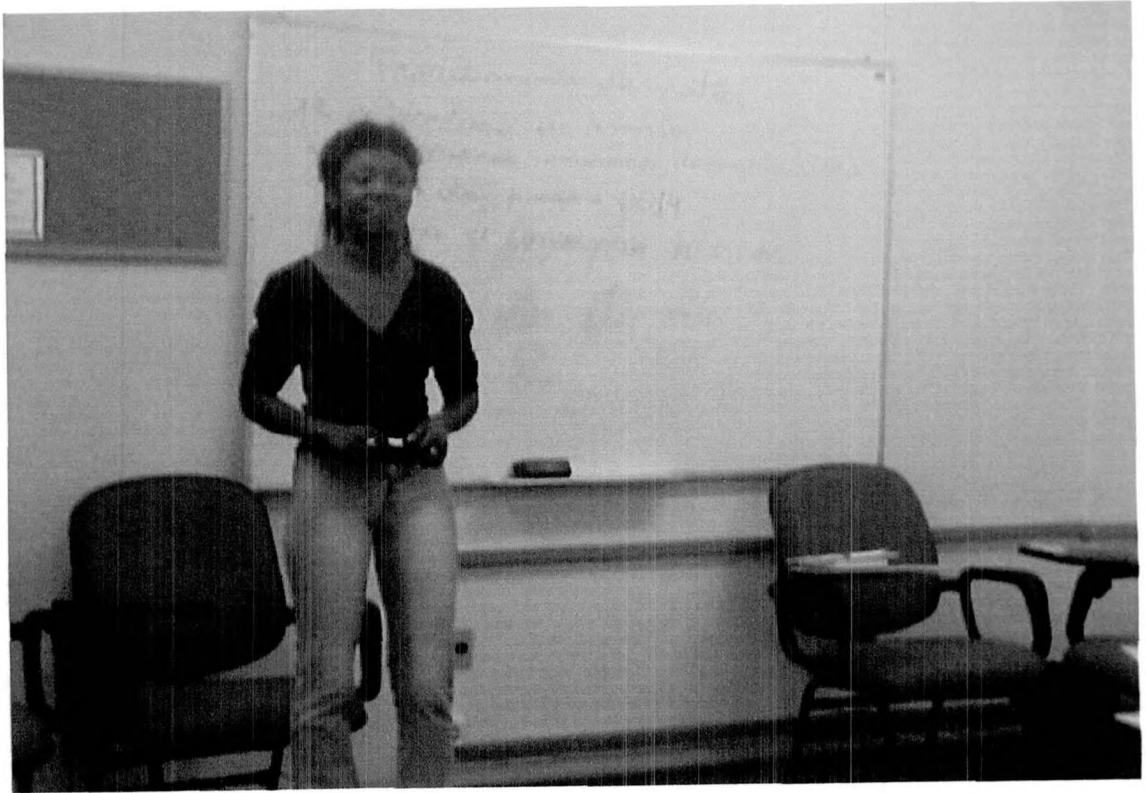
Treinamento da equipe realizado no dia: 06/08/2004 na COMCAP



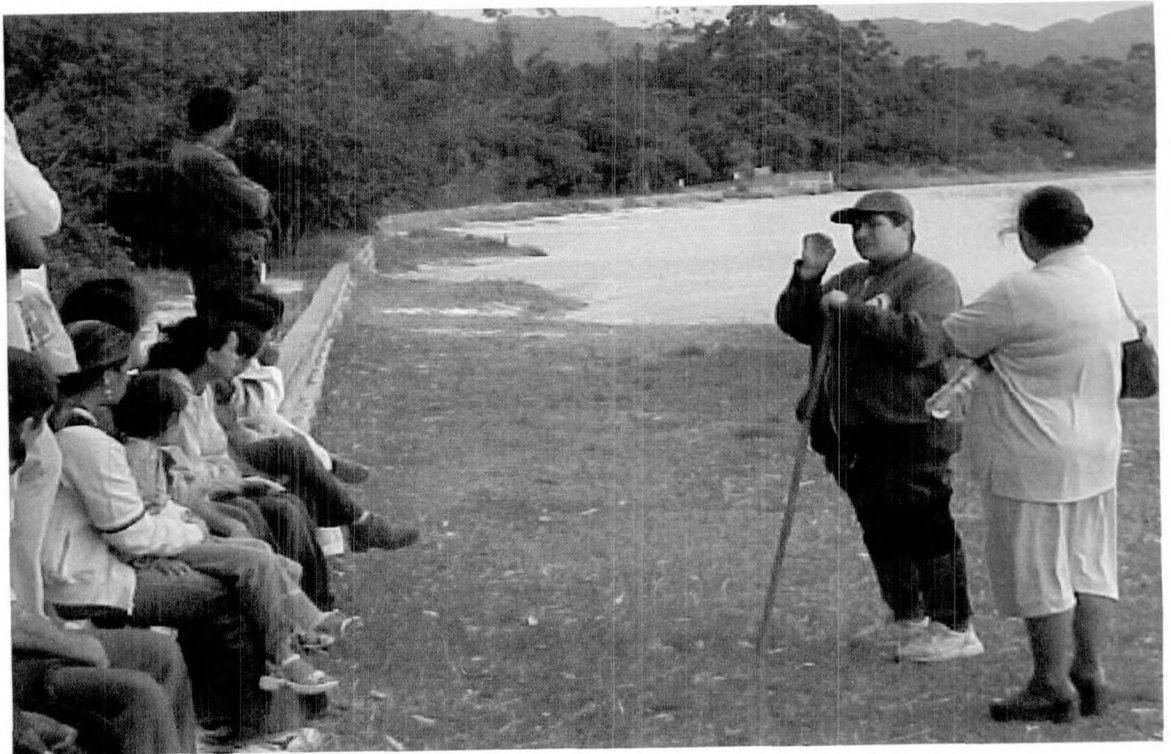
Treino dos integrantes da equipe realizado dia: 07/08/2004



Reunião da equipe de trabalho



Estagiária Silvana coordenando a reunião da equipe de trabalho



Passeio realizado no dia: 16/08/2004 na Lagoa do Perí

## **ANEXO B**

### **Ficha de inscrição dos participantes**

# PROJETO FRENTES TEMPORÁRIAS DE TRABALHO - MOCOTÓ

## FICHA DE INSCRIÇÃO

### 1 Identificação

Nome: \_\_\_\_\_ Data Nascimento: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Chefe de família: Sim ( ) Não ( )

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

### 2. Documentação

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Carteira de Trabalho: \_\_\_\_\_ PIS: \_\_\_\_\_

### 3. Situação Empregatícia

Ocupação atual: \_\_\_\_\_ Tempo de desemprego: \_\_\_\_\_

### 4. Situação familiar

Nome	Parentesco	Idade	Renda

### 4. Vínculo comunitário

Tempo de moradia em Florianópolis: \_\_\_\_\_ Tempo de moradia no Mocotó: \_\_\_\_\_

### 5. Despesas extras:

Remédio \_\_\_\_\_ Aluguel: \_\_\_\_\_

## **ANEXO C**

### **Divulgação do Projeto na Comunidade**

# **PARTICIPE!**

## **SELEÇÃO DE PARTICIPANTES**

### **FRENTE TEMPORÁRIA DE TRABALHO**

**QUANDO?** SOMENTE NA TERÇA - FEIRA (04 de maio)

**HORÁRIO:** 15 Horas

**ONDE?** CENTRO COMUNITÁRIO DA PRAINHA

#### **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

- Carteira de identidade
- CPF
- Carteira de Trabalho

# **PARTICIPE!**

## **SELEÇÃO DE PARTICIPANTES**

### **FRENTE TEMPORÁRIA DE TRABALHO**

**QUANDO?** SOMENTE NA TERÇA - FEIRA (04 de maio)

**HORÁRIO:** 15 Horas

**ONDE?** CENTRO COMUNITÁRIO DA PRAINHA

#### **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

- Carteira de identidade
- CPF
- Carteira de Trabalho

# **ANEXO D**

## **Oficios**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, TRABALHO  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**OF. SMHTDS/GAB Nº 679/04  
Florianópolis, 28 de maio de 2004**

**Ilmo. Sr.  
WALTER MENEZES  
DD. Diretor de Operações da COMCAP  
Rua 14 de Julho 375 – Estreito  
88075-010 – Florianópolis, SC**

**Prezado Senhor,**

**Cumprimentando-o, informamos a realização do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, na comunidade do Morro do Mocotó.**

**Assim sendo, vimos solicitar os préstimos dessa Empresa em disponibilizar os seguintes materiais para o desenvolvimento do trabalho citado:**

- 5 (Cinco) pares de luva**
- 5 (Cinco) pares de bota**
- 5 (Cinco) vassouras**
- 50 (Cinquenta) sacos para lixo**
- 1 (Um) carrinho de mão**
- 1 (Uma) enxada**
- 1 (Um) ancinho**

**Certos de podermos contar mais uma vez com seu apoio, firmamos  
nos**

**Cordialmente,**

**JUAREZ ALVES NUNES**  
**Secretário Municipal da Habitação, Trabalho  
e Desenvolvimento Social**

**CÓPIA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, TRABALHO  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**OF. SMHTDS/GAB Nº 751/04  
Florianópolis, 18 de junho de 2004**


**Ilmo. Sr.  
WALTER MENEZES  
DD. Diretor de Operações da COMCAP  
Rua 14 de Julho 375 – Estreito  
88075-010 – Florianópolis, SC**

**Prezado Senhor,**

**Cumprimentando-o, vimos solicitar, por parte dos técnicos dessa Instituição, Cursos e Palestras sobre Educação Ambiental aos integrantes do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, na comunidade Mocotó.**

**Certos de podermos contar mais uma vez com seu apoio, firmamo-nos**

**Cordialmente,**

  
**JUAREZ ALVES NUNES  
Secretário Municipal da Habitação, Trabalho  
e Desenvolvimento Social**

**Obs.: Informações sobre datas e horários, favor entrar em contato com a Assistente Social Maria Aparecida Napoleão Catarina, fone 251 6252.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, TRABALHO**  
**E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**OF. SMHTDS/GAB Nº 982/04**  
**Florianópolis, 12 de agosto de 2004**

**Ilmo. Sr.**  
**WALTER MENEZES**  
**DD. Diretor de Operações da COMCAP**  
**Rua 14 de Julho 375 – Estreito**  
**88075-010 – Florianópolis, SC**


**Prezado Senhor,**

**Cumprimentando-o, vimos solicitar os préstimos de Vossa Senhoria para disponibilizar materiais abaixo relacionados, para o andamento das Frentes Temporárias de Trabalho, na comunidade do MOCOTÓ:**

**70 (setenta) sacos para lixo;**  
**5(cinco) vassouras;**  
**5(cinco) pares de luvas;**  
**5(cinco) pares de botas.**

**Favor entrar em contato com a Assistente Social Maria Aparecida Napoleão Catarira, fone 251 6252.**

**Cordialmente e atenciosamente,**

  
**JUAREZ ALVES NUNES**  
**Secretário Municipal da Habitação, Trabalho**  
**e Desenvolvimento Social**

# **ANEXO E**

## **Documentos Bancários**

## **Documentos Necessários**

Abertura de conta Salário – Banco do Brasil – Ag

CPF : \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_

Comprovantes de Renda (Declaração PMF): \_\_\_\_\_

Comprovante de Residência (água – luz Fone): \_\_\_\_\_

Custos : CPMF – Cartão Gratuito.

## **Documentos Necessários**

Abertura de conta Salário – Banco do Brasil – Ag

CPF : \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_

Comprovantes de Renda (Declaração PMF): \_\_\_\_\_

Comprovante de Residência (água – luz Fone): \_\_\_\_\_

Custos : CPMF – Cartão Gratuito.

## **Documentos Necessários**

Abertura de conta Salário – Banco do Brasil – Ag

CPF : \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_

Comprovantes de Renda (Declaração PMF): \_\_\_\_\_

Comprovante de Residência (água – luz Fone): \_\_\_\_\_

Custos : CPMF – Cartão Gratuito.



Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social  
Fundo Municipal de Integração Social - CNPJ - 85.346.583/0001-60

Ordem Bancária N° 025/2004.

AO BESC


NESTA

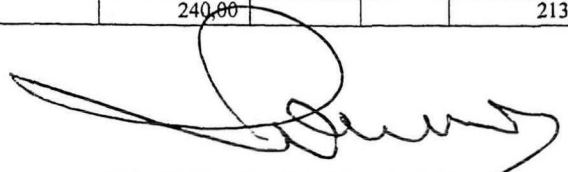
Fica esta agência autorizada a creditar aos abaixo relacionados, através do cheque 001094

C/C 014.702-6 BESC S/A os documentos comprobatórios em nosso poder:

N° DA ORDEM	NOME DO CREDOR	CNPJ/CPF	N.F	AG.	C/C	BANCO	VALOR BRUTO	ISS	INSS	VALOR LÍQUIDO
1	JOÃO CARLOS DA SILVA SELUSNIKI	058.196.299-06	158738			BESC	240,00		26,40	213,60
TOTAL							240,00			213,60

Florianópolis, 25/03/2004.

  
\_\_\_\_\_  
Maria da Graça Javares Silveira  
Tesoureiro

  
\_\_\_\_\_  
Heriberto Basilio Ramos Junior  
Secretário

**ESC**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORIANÓPOLIS

027

RECIBO DO SACADO



SEFIN/MESA 3

DIVERSOS/2004

Nº. DAM 04541537-00-0		PRC: NF-AV001411804	
Nº. Cadastro 187096-3			
NP/CPF/CNPJ 072.953.289-04			
Nº. Parcela 00	Vencimento 14/09/2004	Código do Cedente 5546-85	
Instruções (texto de responsabilidade do cedente)			
NF-AVULSA001411804		EST MORRO DO MOCOTO, 330 CASA - PRAINHA - 88.020-200 Tipo Lei/Artigo Valor ISQN 6,50 T EXP LC007/97 5,87	
SUB-TOTAL		12,37	
Sacado INEBET RODRIGUES FARIAS			
Nosso Número 54.1537.0000.037		Valor do Documento R\$	DV 12,37 9

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

**BESC**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORIANÓPOLIS

027

RECIBO DO SACADO



SEFIN/MESA 3

DIVERSOS/2004

Nº. DAM 04541531-00-2		PRC: NF-AV001411704	
Nº. Cadastro 187095-5			
NP/CPF/CNPJ 030.126.419-80			
Nº. Parcela 00	Vencimento 14/09/2004	Código do Cedente 5546-85	
Instruções (texto de responsabilidade do cedente)			
NF-AVULSA001411704		EST MORRO DO MOCOTO, 455 CASA - PRAINHA - 88.020-200 Tipo Lei/Artigo Valor ISQN 6,50 T EXP LC007/97 5,87	
SUB-TOTAL		12,37	
Sacado FABIANA VIRIRA			
Nosso Número 40454.1531.2000.437		Valor do Documento R\$	DV 12,37 9

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

**BESC**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORIANÓPOLIS

027

RECIBO DO SACADO



SEFIN/MESA 3

DIVERSOS/2004

Nº. DAM 04541549-00-9		PRC: NF-AV001411904	
Nº. Cadastro 187097-1			
NP/CPF/CNPJ 534.743.689-15			
Nº. Parcela 00	Vencimento 14/09/2004	Código do Cedente 5546-85	
Instruções (texto de responsabilidade do cedente)			
NF-AVULSA001411904		EST MORRO DO MOCOTO, SN CASA - PRAINHA - 88.020-200 Tipo Lei/Artigo Valor ISQN 6,50 T EXP LC007/97 5,87	
SUB-TOTAL		12,37	
Sacado NILDO MARBGA DA SILVA			
Nosso Número 40454.1549.9000.231		Valor do Documento R\$	DV 12,37 9

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

## **ANEXO F**

### **Nota de Prestação de Serviços**





PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
Secretaria de Finanças  
Departamento de Tributos Municipais D.T.M.

Nº 160710

Data 13/05/2004

**NOTA FISCAL DE SERVIÇO - AVULSA**

CONTROLE: 000696204  
MESA 3

**Prestador do Serviço - CONTRIBUINTE**

Nome/Razão Social: ANDREIA DA SILVA SIEGEL

Endereço: RUATREZE DE MAIO

SN PRAINHA

Município: FLORIANOPOLIS Estado: SC

CPF/CNPJ: 02565406916

**Tomador do Serviço - CLIENTE DO CONTRIBUINTE**

Nome/Razão Social: FUNDO MUNIC DE INTEGRACAO SOCIAL

Endereço: AVN HENRIQUE DA SILVA FONTES

6100 TRINDADE

Município: FPOLIS Estado: SC

Inscrição no CNPJ: 85346583000160 Insc.Municipal/Est.:

Código	Quant.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Preço Unitário	Valor R\$
014	1	LIMPEZA OU CONSERVACAO DE IMOVEIS  LIMPEZA E FAXINA GERAL.	240,00	240,00

DIVISAO DE ARRECADACAO /SEFIN/PMF  
INFORMO QUE A N.F. ESTA DE ACORDO COM O SOLICITADO.  
DECLARO QUE O SERVICO JA FOI EXECUTADO.  
REQUERENTE:FUNDO MUNIC DE INTEGRACAO SOCIAL  
CPF:02565406916 TELEFONE:  
CLIENTE: \_\_\_\_\_

Alíquota 2.5 % Valor dos Serviços R\$ 240,00

1\* VIA TOMADOR DO SERVIÇO 2\* VIA PRESTADOR DO SERVIÇO

## **ANEXO G**

### **Certificado de participação no treinamento**

**FLORAM**

Fundação Municipal do Meio  
Ambiente de Florianópolis

**Capacitação em Educação Ambiental**

**Projeto INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA**



# Certificado

Certificamos que **NILDO MAREGA DA SILVA** participou do Curso de Capacitação em Educação Ambiental no Município de Florianópolis - Sensibilização Ambiental – Projeto Frentes Temporárias de Trabalho realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2004, totalizando 20 horas/aula.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Elizabeth Amin Helou Vieceli'.

**Elizabeth Amin Helou Vieceli**  
Diretora Superintendente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Edelberth Adam'.

**Edelberth Adam**  
Diretor Operacional

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sayonara de Castilhos Amaral'.

**Sayonara de Castilhos Amaral**  
Gerente de Educação Ambiental

